

---

## 040ª SESSÃO EXTRAORDINÁRIA 29NOV2017

(Texto com revisão.)

**O SR. PRESIDENTE (Cassio Trogildo):** Passamos à

### PAUTA

A Ver.<sup>a</sup> Fernanda Melchionna está com a palavra para uma Comunicação de Líder.

**A SRA. FERNANDA MELCHIONNA:** Boa tarde a todos e a todas, antes de falar sobre o assunto que me traz à tribuna, eu queria cumprimentar a comunidade carnavalesca da cidade de Porto Alegre, sejam muito bem-vindos, esperamos que a Câmara tenha sabedoria para aprovar a emenda proposta pelo Ver. João Bosco Vaz e assinada por vários Vereadores, apoiando a ideia de que a cultura popular não seja asfixiada pela falta de recursos e pela ausência de uma política de incentivo à cultura popular. Cumprimento cada um e cada uma, as escolas presentes, as ligas e associações, para que a gente possa entrar nesse debate, que vai ser o primeiro do orçamento, a primeira emenda a ser enfrentada.

Na verdade, uso a tribuna para falar da visita que nós fizemos, ontem pela manhã, à sede do Conselho Tutelar da Microrregião 8, que é a região central da cidade de Porto Alegre, a Conselheira Tutelar Lucia Sant'Anna está aqui no plenário, na tarde de hoje; estivemos lá e falamos com a Aline Bettio, o Lucas Brizola, a Gisele Aberbuj e a Rosi Bilhalva sobre uma situação muito grave. O Ver. José Freitas, na segunda-feira, fez um pronunciamento muito sério, forte e correto sobre a situação do Conselho Tutelar: um ano inteiro sem investimentos, a sede é alugada, e está há quatro meses sem o pagamento do aluguel. O Conselho Tutelar, que deve primar pela vida das crianças e dos adolescentes, corre o risco, neste momento, de ser despejado por a Prefeitura não cumprir as suas obrigações de quitação do aluguel. Há dois anos, os conselheiros estão sem qualquer tipo de capacitação, se sofre com a falta de infraestrutura para atender a uma demanda cada vez mais crescente na cidade de Porto Alegre. Uma cidade que teve 30 mil crianças e

---

adolescentes que evadiram da escola nos últimos dois anos e que tem no Conselho Tutelar uma atribuição de extrema responsabilidade, e, que pena, pela falta de investimentos. Nós sabemos que mais quatro conselhos deveriam ser criados para dar conta de uma cidade do tamanho de Porto Alegre. Então temos conselhos sobrecarregados e sem infraestrutura.

Agora, uma situação que já era grave, se tornou gravíssima, porque esse Conselho da Microrregião 8 está desde o dia 13 de novembro sem luz, porque foi vítima de quatro arrombamentos! Um seguido do outro! Mesmo com todas as notificações, com os pedidos de apoio ao Governo, pedido de restabelecimento da luz elétrica, os conselheiros, que são representantes do povo para atender os interesses e defender os direitos das crianças e dos adolescentes, estão há quase 20 dias sem energia elétrica, sem internet, sem computador!

(Procede-se a apresentação de imagens.)

**A SRA. FERNANDA MELCHIONNA:** Esse é o buraco no teto pelo qual os ladrões entraram, e segue aberto, caso os ladrões tenham interesse em voltar! Nada foi feito para proteger não só a sede, nós estamos falando em proteção da vida das pessoas. Imaginem uma demanda que só cresce! Nesse momento de final de ano, em que aumentam as denúncias de exploração infantil, o que é gravíssimo, os conselheiros não têm computador para fazer os encaminhamentos! Eles não têm infraestrutura básica para fazer todos os procedimentos necessários para a preservação da vida dessas crianças e dos adolescentes. Então é uma situação muito grave!

Essas fotos mostram o sucateamento, a escuridão do prédio, embora eu tenha ido de manhã. Encontrei todos os conselheiros lá, conversei com cada um e com cada uma para que a gente possa ajudar nessa situação periclitante. Foi nos avisado pelos conselheiros que uma série de procedimentos foram tomados e até agora não houve resposta alguma do Governo Municipal para agilizar a arrumação da energia elétrica e a infraestrutura necessária para que o Conselho volte a funcionar.

Nesse sentido, eu e o Ver. José Freitas, que é o Presidente da Frente Parlamentar em Defesa da Criança e do Adolescente, pedimos uma audiência com a Comissão de Direitos Humanos, e o Presidente Cassiá Carpes marcou para o dia 5 de dezembro, às 14

---

horas. E eu queria convidar a todos Vereadores e Vereadoras, porque essa luta é de todos nós. A defesa da criança e do adolescente, não só pelo ECA, mas pelo conjunto de legislações, é prioridade para todos nós, que está sendo negligenciada, está sendo vilipendiada, está sendo ignorada por um Governo que, lamentavelmente, ignora as demandas populares, as demandas sociais e a preservação da vida, em primeiro lugar. Está aqui o Conselheiro Lucas Brizola que eu já havia me referido. E eu desejo a vocês uma boa luta, contem com a nossa bancada e sobretudo com essa audiência no dia 05, para que a gente possa ajudar na pressão necessária, para que vocês possam retomar o importante trabalho do Conselho da Microrregião 8 que, lamentavelmente, está nessa precária situação.

(Não revisado pela oradora.)

(O Ver. Cláudio Janta assume a presidência dos trabalhos.)

**O SR. PRESIDENTE (Cláudio Janta):** O Ver. Adeli Sell está com a palavra para discutir a Pauta.

**O SR. ADELI SELL:** Ora, senhoras e senhores, vejam só! Nós somos surpreendidos, no final do mês de novembro, com um Projeto de Lei Complementar do Executivo que mistura duas legislações diversas. Uma modifica o ISS dos *call centers*, que agora para sofisticar, a Prefeitura descobriu, no português, que se chama centros de contato. E, Ver. Robaina, mostrei para V. Exa., há pouco, que no mesmo projeto há a remissão de débitos de dois espaços que não vão ser cobrados IPTU em débito. Nós aprovamos uma legislação aqui para cobrar todos os débitos. Aqui, nenhuma explicação, absolutamente, nenhuma explicação, aquela que nós devemos dar, Ferronato, quando nós estamos legislando sobre impostos, sobre tributos. Nós temos que dizer, ao diminuirmos uma alíquota, como este valor será suprido. O mais, arrecadação, que compense a diminuição. Entendido? É assim que diz a Lei, para qualquer um, seja que instância do governo que estivermos tratando.

Eu quero apelar aqui, principalmente a alguns Vereadores que têm tratado de questões tributárias, Ver. João Carlos Nedel, que me ouve com atenção. Esta proposta de lei é escandalosa, porque, quando se trata dos *call centers*, a Prefeitura quer fazer exatamente

---

o que diz a Constituição, quer cobrar e manter 5% de empresas de *call centers* com 500 empregados e quer baixar para 2% para as empresas que têm acima de 5.000 empregados. Ou seja, onde está o trabalho do Sebrae nacional e estadual? Onde está a função social da empresa, Ver. Mauro Pinheiro, V. Exa. que é um pequeno empresário? Eu quero apelar para V. Exa. e para todos aqueles que conhecem um pouquinho de empreendedorismo nesta Cidade, porque aqui não tem compreensão de empreendedorismo. Eu fiz uma brincadeira na Internet, mas vou repetir aqui. É incrível, vou escrever um artigo, por favor, podem me cobrar nos próximos dias. O Prefeito liberal – hoje não vejo nenhum dos liberais aqui nem os do NOVO, do PP ou do DEM – é um anticapitalista. Anticapitalista, porque no... Ah, o Camozzato, o único atento e presente, V. Exa. que é um liberal, o seu Prefeito, o nosso Prefeito, o Prefeito de Porto Alegre é um liberal anticapitalista, porque no capitalismo tem que incentivar um crescimento minimamente harmonioso para chegar ao estágio supremo do capitalismo, o neoliberalismo, para poder fazer acumulação primitiva de capital de forma mais selvagem. Mas nós não chegamos lá ainda em Porto Alegre, nós estamos num primitivismo atroz; esse é o debate. É uma pena que esta Casa não faça esse debate. A Escola do Legislativo, que está sendo coordenada pelo Ver. Bins Ely – eu cobrei dele várias vezes – neste ano, fez cinco eventos. Cinco eventos num ano! Nós propusemos que fosse organizado pelo Camozzato, pelo Robaina e por mim um debate sobre economia da cidade de Porto Alegre. Não tem esse debate nesta Casa, Ver. Cláudio Janta, a Escola do Legislativo – estou procurando, estou procurando – é mais ou menos como a Prefeitura: um gato negro numa noite de breu que sumiu, ninguém vê, ninguém enxerga. É isso o que acontece. Agora vem numa péssima postura legislativa, não tem critério. Está errado, nós vamos fazer o debate com a Cidade.

(Não revisado pelo orador.)

**O SR. PRESIDENTE (Cláudio Janta):** O Ver. Aírto Ferronato está com a palavra para discutir a Pauta.

**O SR. AIRTO FERRONATO:** Caro Presidente, Srs. Vereadores e Sras. Vereadoras, senhoras e senhores que estão conosco nesta tarde, nosso telespectadores e ouvintes. Estamos começando a receber aqui na Câmara uma série de projetos do Executivo que

---

tratam da questão de alíquotas, ou seja, tamanho de benefícios fiscais para a cidade de Porto Alegre, mais especificamente ISSQN, que é o Imposto Sobre Serviços de Qualquer Natureza. Como é uma área em que atuo há muitos anos, quase 40, quero dizer que é preciso termos aqui a serenidade, meu querido Rafael Cavalheiro, e compreender o que está acontecendo e vem acontecendo no País, a partir de uma lei federal, uma lei, evidentemente, já aprovada. Nós estamos, com relação a tributos neste País, há quase 40 anos ou mais, numa guerra fiscal que deteriora as finanças dos Municípios, assim também o Estado porque, a cada momento, Estados competem entre si, Municípios competem entre si, cada um dando mais benefícios para que se estabeleçam no seu Município empresas e prestadores de serviços. A lei federal diz o seguinte: é necessário e obrigatório que os Municípios brasileiros estabeleçam um mínimo de alíquota de 2%. Significa que, se em Porto Alegre a alíquota é dois, e lá em Canoas coloca-se uma alíquota de um, para atrair para lá, isso não vai ser mais possível, sob pena de responsabilidade fiscal das autoridades, e eu compreendo que seja do Executivo e do Legislativo. Necessariamente, nós vamos ter que estabelecer o mínimo de alíquota para toda e qualquer área de atividade econômica de 2%, à exceção de algumas atividades. Uma das exceções é o transporte coletivo.

Nós vamos nos debater com uma série de propostas e projetos que vão tratar dessa matéria, e precisamos compreender que isso parte de uma regra e de uma determinação federal que obriga os Municípios a se enquadrarem nesses patamares, para evitar esta nefasta guerra fiscal, que só prejuízo trouxe à Nação brasileira. Normalmente, ganharam benefícios aqueles que são maiores ou mais bem organizados. Eu falo do Processo nº 2.982/17, que está em 1ª Sessão de Pauta. Um abraço a todos e obrigado.

(Não revisado pelo orador.)

**O SR. PRESIDENTE (Cláudio Janta):** O Ver. Reginaldo Pujol solicita Licença para Tratar de Interesses Particulares no período de 29 de novembro a 1º de dezembro de 2017. Em votação. (Pausa.) Os Srs. Vereadores que aprovam o Pedido de Licença permaneçam como se encontram. (Pausa.) **APROVADO.**

A Mesa declara empossado o Suplente, Ver. Cláudio Conceição, nos termos regimentais, que integrará a Comissão de Educação, Cultura, Esporte e Juventude – CECE.

---

O Ver. Dr. Goulart solicita Licença para Tratamento de Saúde no dia 28 de novembro de 2017.

A Ver.<sup>a</sup> Sofia Cavedon está com a palavra para uma Comunicação de Líder.

**A SRA. SOFIA CAVEDON:** Cumprimento o Ver. Cláudio Janta; cumprimento os homens e as mulheres do carnaval, da luta pela cultura popular, que aqui estão e que tão desprestigiados estão pelo Prefeito Marchezan, que mostra absoluta falta de compromisso com a história de luta e resistência que representa o carnaval popular de Porto Alegre. Nós, no Orçamento, depois, vamos discutir melhor esse tema. Mas quero, na Liderança da Bancada do PT, dos Vereadores Adeli, Sgarbossa e Oliboni, trazer um tema que é extremamente forte, delicado e de grande importância para a cidade de Porto Alegre, que é essa transição que está acontecendo através do novo marco regulatório, dos novos contratos entre o Município e as instituições que atendem a educação infantil na cidade de Porto Alegre – as creches comunitárias conveniadas, que vocês devem conhecer muitas delas. Aqui está a Lúcia, que conhece bem essa história; quero reconhecer o protagonismo dela. São 226 creches comunitárias conveniadas, e a Prefeitura de Porto Alegre, o Prefeito Marchezan, no meio do ano, anunciou, com pompa e circunstância, que aumentaria entre 30 e 45% os recursos do convênio creche comunitária. Iniciou-se um processo de credenciamento, agora de contratualização, de estabelecimento de termos de parceria. Nós, na Comissão de Educação, vimos acompanhando muito preocupados, porque já tem uma luta muito grande, de alguns anos, do Comcreches, desta Câmara aprovando emendas parlamentares para aumentar o recurso, porque é um convênio que toda vida é deficitário, ainda mais depois do TAC com o Ministério Público, que proibiu a cobrança de mensalidade dos pais e estabeleceu a contribuição espontânea. E a creche comunitária é o principal instrumento de educação infantil, com turno integral, da periferia da cidade de Porto Alegre. E esse anúncio que o Prefeito fez, ontem, eu, o Ver. Tarciso, o Ver. Alvoni, recebemos as instituições, mais uma vez, na CECE – se desmancha no ar como mais uma farsa do Prefeito. Primeiro, durante este ano, o que é vergonhoso, o Prefeito tirou alimento das crianças de zero a 6 anos – alimento! As creches comunitárias que vinham recebendo em 2014, 2015 e 2016 o rancho, que é a contrapartida do Programa Nacional de Alimentação – e o recurso do Programa Nacional de Alimentação e mais o recurso do Programa Brasil Carinhoso –,

---

---

neste ano de 2017, não receberam nenhum desses recursos para a alimentação das crianças. Foi reduzida a alimentação das crianças de 226 creches comunitárias, de 18 mil crianças em Porto Alegre, criminosamente! Os recursos do Programa Nacional de Alimentação Escolar – PNAE estão na conta da Prefeitura, se não estão na conta, a Prefeitura usou para alguma coisa; e são recursos que vieram do Governo Federal, no mínimo, são R\$ 8 milhões.

Agora, pasmem, o programa que segue agora, de nova contratualização, previu o valor custo/aluno, Ver. Janta, no mesmo valor que o atual convênio, somando e diminuindo dá o mesmo valor. Onde estão os 30% de aumento? Pior que isso, a alimentação não está garantida, que era um incremento. Pior que isso, é o mesmo para a creche comunitária, para o berçário e o jardim, sendo que, no jardim, uma educadora atende 24 crianças, e, na creche, é preciso 13 educadores para 24 crianças, na idade de berçário, de zero a 2 anos, eles querem pagar o mesmo valor. O que as creches estão fazendo? Fechando os berçário, deixando os bebês em casa, Ver. Janta, que tem um bebê na sua casa, e falo com senhor que está liderando a nossa Sessão. Isso é vergonhoso! As creches pequenas, até 60 crianças, não têm como sobreviver com essa *per capita*, porque ter um coordenador pedagógico em uma creche de 120 crianças dilui o custo desse coordenador, para 60 crianças tem que ter o mesmo coordenador. E assim é a alimentadora, a cozinheira. Portanto, com esses valores, é inviável a sobrevivência das pequenas creches, que são muitas. E é importante que elas se mantenham abertas porque estão na periferia, em espaços pequenos. Essas creches são o único atendimento que tem os filhos e as filhas dos trabalhadores e das trabalhadoras. Portanto, todos esses elementos nos dizem que é dramática a situação do atendimento da educação infantil em Porto Alegre e que, se o Governo não revir os valores – o custo por aluno que ele está propondo –, e não fizer com diálogo a revisão do decreto que regulamenta o marco regulatório, nós teremos um desastre na educação infantil. Portanto, eu quero dizer, Prefeito Marchezan, caiu mais uma máscara sua, não é por o dinheiro ser pouco que é possível deixar a Cidade à mercê da miséria e da fome. Falta competência e falta vontade política do seu Governo. (Palmas.)

(Não revisado pela oradora.)

(O Ver. Cassio Trogildo reassume a presidência dos trabalhos.)

**O SR. PRESIDENTE (Cassio Trogildo):** (14h48min) Havendo quórum, passamos à

## **ORDEM DO DIA**

**A Sra. Comandante Nádia (Requerimento):** Sr. Presidente, solicito a alteração da ordem da priorização de votação, para que possamos, imediatamente, passar à discussão e votação do PLL nº 304/17 e do PLL nº 297/17. Após retornaremos à ordem normal.

**O SR. PRESIDENTE (Cassio Trogildo):** Em votação o Requerimento de autoria da Ver.<sup>a</sup> Comandante Nádia. (Pausa.) Os Srs. Vereadores que o aprovam permaneçam como se encontram. (Pausa.) **APROVADO.**

O Ver. Adeli Sell solicita Licença para Tratar de Interesses Particulares no período de 04 a 06 de dezembro de 2017. Em votação. (Pausa.) Os Srs. Vereadores que aprovam o Pedido de Licença permaneçam como se encontram. (Pausa.) **APROVADO**

Em discussão o PLL nº 304/17. (Pausa.) Não há quem queira discutir. Em votação nominal. (Pausa.) (Após a apuração nominal.) **APROVADO** por 29 votos **SIM.**

Em discussão o PLL nº 298/17. (Pausa.) Não há quem queira discutir. Em votação nominal. (Pausa.) (Após a apuração nominal.) **APROVADO** por 28 votos **SIM.**

Em discussão o PLCL nº 036/17. (Pausa.) O Ver. João Bosco Vaz está com a palavra para discutir o PLCL nº 036/17.

**O SR. JOÃO BOSCO VAZ:** Sr. Presidente, Sras. Vereadoras e Srs. Vereadores, povo do carnaval que está presente aqui, este é o projeto do carnaval também, não é a emenda ao Orçamento ainda, mas é um projeto importante que foi solicitado pelas entidades carnavalescas. Ele teve início dentro da Comissão de Direitos Humanos e do Consumidor. É um projeto da Ver.<sup>a</sup> Mônica, do Ver. Cassiá, do Ver. Alex, do Ver. João Bosco, do Ver. Marcelo Sgarbossa e da Ver.<sup>a</sup> Nádia. As escolas de samba, até agora, só conseguem fazer um evento por mês até as quatro horas da manhã, o que é muito pouco para quem precisa arrecadar para se manter. Este projeto também nasceu do apoio do Vice-Prefeito Gustavo Paim, porque quando a Imperadores do Samba teve, recentemente, a sua quadra interditada, o Vice-Prefeito nos recebeu, pois o Prefeito não

---

estava aí, junto com os Procuradores Roberto e Armando. A Promotoria já havia definido o fechamento da quadra, que estava fechada. O Vice-Prefeito conseguiu uma audiência de conciliação. A quadra foi reaberta, mas nós resolvemos, então, mexer nesta Lei Complementar nº 502/04, passando de um para dois eventos por mês até as 4h da manhã, para que as escolas e as entidades carnavalescas possam arrecadar, possam trazer os seus *shows* nacionais, possam fazer as suas festas locais, para que possam contribuir também para a montagem do carnaval. Por isso é importante, e eu peço o apoio dos colegas Vereadores e Vereadoras para que possamos aprovar este projeto e possibilitar que as escolas e as entidades carnavalescas possam andar com as próprias pernas, para que tenham a liberdade e que tenham também a força para enfrentar a intolerância que nós enfrentamos, quem é do samba, quem é do carnaval, todos os dias em relação a todos estes assuntos que vivenciamos.

A partir de agora, com a aprovação deste projeto, não vai ter o vizinho para incomodar. As escolas poderão fazer, não mais um, mas dois eventos por mês até as 4h da madrugada. Está bem, pessoal? (Palmas.)

Gostaria de contar com o voto de todos. Mais uma vez, agradeço aos Vereadores, colegas da Comissão de Defesa do Consumidor, Direitos Humanos e Segurança Urbana, os quais já nomeei aqui, e aos outros Vereadores que também assinaram este projeto. Muito obrigado.

(Não revisado pelo orador.)

**O SR. PRESIDENTE (Cassio Trogildo):** A Ver.<sup>a</sup> Mônica Leal está com a palavra para discutir o PLCL nº 036/17.

**A SRA. MÔNICA LEAL:** Sr. Presidente, Srs. Vereadores e Sras. Vereadoras; pessoas que nos assistem e nos prestigiam com suas presenças, se tem algo de que me orgulho na minha vida política foi de ter sido Secretária de Estado da Cultura do Rio Grande do Sul e ter conhecido muito perto o carnaval, as pessoas que trabalham o ano inteiro para colocar esta festa que fala muito do nosso Estado, que aproxima as pessoas, que movimenta a economia do Rio Grande do Sul. Então, fiz questão de participar deste projeto de uma maneira muito simples. (Lê.): “É entendimento nosso que a realização de atividades por escolas de samba, entidades e tribos carnavalescas, ao longo de todo o

---

ano, está vinculada diretamente ao Carnaval, embora, muitas vezes, distante do ápice, principalmente de Muambas e desfiles na passarela do Porto Seco, tendo o sentido de torná-lo viável financeiramente. É nas sedes das associações carnavalescas que estão constituídas suas fontes de renda e a sua não utilização plena torna muitíssimo difícil a realização de bons desfiles, principalmente quando estamos vivendo um momento em que o Carnaval deve ser viabilizado apenas com recursos privados, uma vez que o Executivo Municipal adotou, neste ano de 2017, o procedimento de não efetuar gastos de dinheiro público.”... “Assim, este Projeto de Lei Complementar tem o objetivo de bem determinar, a partir da alteração do texto do *caput* e da inclusão de um parágrafo único no art. 1º da Lei Complementar nº 502, de 2004, como poderão ser realizadas, e em que horários, as atividades das associações e das entidades carnavalescas ao longo de todo o ano, tudo com o propósito de tornar viável econômica e financeiramente a realização do carnaval em Porto Alegre, o qual, sem essa medida, certamente estará fadado a sucumbir, perdendo expressão. Diante do exposto, rogamos aos nobres Pares o acolhimento desta Proposição.” Peço a todos os Vereadores que votem favoravelmente a este projeto. Obrigada.

(Não revisado pela oradora.)

**O SR. PRESIDENTE (Cassio Trogildo):** O Ver. Cassiá Carpes está com a palavra para discutir o PLCL nº 036/17.

**O SR. CASSIÁ CARPES:** Quero saudar o Presidente Ver. Cassio Trogildo, Vereadoras, Vereadores e toda gama de pessoas das escolas de samba, do carnaval que vem aqui. Realmente, quando vocês pediram a esta Casa, e foi parar na Comissão da qual sou Presidente, com a presença do Ver. João Bosco Vaz, da Ver.<sup>a</sup> Mônica Leal, nós começamos a pensar e a analisar juntos o processo e a valorizá-lo no sentido de fazer um carnaval melhor do que os outros. O que essa lei vem deixar bem claro, Ver. Aldacir Oliboni, é o seguinte: (Lê.): “Art. 1º Fica permitido às associações e às entidades carnavalescas no Município de Porto Alegre realizarem, em suas quadras, enquanto não estiverem implementados sistemas de proteção sonora, 2 (dois) eventos por mês, com duração fixada até às 4 (quatro) horas do dia seguinte, relacionados à cultura popular em geral, com a finalidade de captar recursos destinados ao financiamento de seus desfiles e

---

à adaptação de suas quadras à legislação ambiental.” Então isso vem corrigir certas distorções que prejudicavam essa gama de carnavalescos, para valorizá-los. (Lê.): “Parágrafo único. A realização dos eventos referidos no *caput* deste artigo poderá ocorrer em parceria com empresas produtoras de eventos, que responderão solidariamente pelas penalidades em caso de descumprimento do disposto nesta Lei Complementar.” Não existe mais nenhum clube social, Ver. João Bosco Vaz, aqui em Porto Alegre, mesmo aqueles que mais arrecadam, que não façam eventos. Esse é um tema que é recorrente. Os eventos é que fazem levar público, às vezes mais jovem, às vezes mais diferente, às vezes mais idosos, enfim. Então o objetivo desta Casa, e peço o apoio de todos, nasceu aqui da audiência pública da Comissão de Defesa do Consumidor, Direitos Humanos e Segurança Urbana, e depois uma audiência também que valorizou todos vocês, quando o Secretário ajudava os carnavalescos. Não existe, e o Juarez frisou bem na última reunião. As parcerias com o Executivo são necessárias, porque, às vezes, vocês não querem dinheiro, querem é estrutura, Juarez, como nós falamos naquele dia. A Prefeitura tem que entender que o carnaval gera riqueza, gera emprego, valoriza o ser humano, dá autoestima ao ser humano, enfim, parabéns a todos e tenho certeza de que este plenário será maciçamente a favor deste projeto. Parabéns! (Palmas.)

(Não revisado pelo orador.)

**O SR. PRESIDENTE (Cassio Trogildo):** A Ver.<sup>a</sup> Fernanda Melchionna está com a palavra para discutir o PLCL nº 036/17.

**A SRA. FERNANDA MELCHIONNA:** Boa tarde a todos e a todas, falo em nome da Bancada do PSOL, do Ver. Roberto Robaina e Ver. Prof. Alex Fraga, e para dinamizar o processo de votação, para que a gente garanta a aprovação deste projeto e ainda entre na votação do Orçamento para aprovar a emenda que viabiliza recursos para o carnaval, nós resolvemos fazer o encaminhamento em conjunto. Primeiro, trazer a posição do partido, de não só votar favorável ao projeto, como também assinamos, Ver. João Bosco Vaz, Ver. Cassiá Carpes, solidariamente, ao projeto, Ver. Prof. Alex Fraga, que é da Comissão de Direitos Humanos. E nós assinamos, graças à iniciativa da CEDECONDH, como uma forma de apoiar a luta. E para ser breve, eu queria dizer duas coisas, primeiro que este projeto nasceu de um caso específico, da audiência na Comissão de Direitos

---

---

Humanos que tratava do caso da Imperadores. O caso da Imperadores foi um caso emblemático. Temos aqui companheiros e companheiras da Escola. Foi um caso muito grave, pois uma das principais escolas de samba da cidade de Porto Alegre esteve prestes a perder a sua quadra histórica, quadra que viabiliza não só os ensaios, mas também os recursos para que a Escola possa se financiar. E não é um raio num céu azul. Graças à luta da comunidade da Imperadores, apoiada por outras escolas que também sofreram na pele essa intolerância e, ao mesmo tempo, de forma a ser solidária a outra entidade carnavalesca, estiveram nas passeatas, na mobilização, nas reuniões, na audiência pública na Câmara e nas visitas ao Ministério Público, para que essas intolerâncias não vigorassem. Agora não é um raio num céu azul. Porto Alegre, lamentavelmente, tem a característica de ser a Capital mais segregada do País. E essa segregação se deu de várias maneiras. Seja na retirada do povo pobre e do povo negro das áreas centrais, como foi a construção do bairro Restinga, atacando a Cidade Baixa. Era um bairro predominantemente negro e que foi construído pelo povo negro, que foi removido, depois, para longe, sem as condições necessárias, que foram buscadas pela comunidade. Mas também pelos aspectos culturais, pois quem não lembra da Sociedade Floresta Aurora, que também foi atacada pela especulação imobiliária e também sofreu com a intolerância, em função do barulho, entre aspas, pois não era barulho. Cultura popular não é barulho, é, na verdade, celebração daquilo que a nossa sociedade produziu como uma das mais belas artes, que é o samba, que são as expressões da cultura popular. O satélite de prontidão, que também, sofreu em função de toda a especulação imobiliária, especulação essa que também chegou no Parque dos Maias, outra sociedade negra histórica na Cidade de Porto Alegre. Quero cumprimentar a Karen, nossa Vereadora Suplente, que, mais uma vez, está na luta, na plateia, junto com o povo, que é um lutar absoluto de mobilização. Então, nós assinamos e queremos aprovar o projeto que passa de um para dois eventos por mês. É uma importante iniciativa que tem o nosso apoio, mas quero dizer à comunidade carnavalesca e, sobretudo, ao Governo Marchezan que esse projeto pode ser um alento financeiro, em parte, para as escolas. Nós queremos viabilizar isso, mas isso não tira a responsabilidade da Prefeitura com o carnaval, que é um evento público, e assim tem de ser entendido. Não basta nos desdobrarmos para viabilizar, é preciso ter pressão sobre o Governo. O que aconteceu nesse carnaval, em Porto Alegre, foi, por um lado, um escândalo, uma vergonha por parte da Prefeitura, e, por

---

---

outro lado, um símbolo de resistência por parte da comunidade carnavalesca. As escolas da série prata não puderam desfilar em função de todas as condições. Pela primeira vez na história, o PPCI foi responsabilidade da Liga e não da Prefeitura Municipal, correndo atrás de recursos aos 45 minutos do segundo tempo. Se o Prefeito não valoriza a cultura negra; se o Prefeito não valoriza o popular; se o Prefeito não valoriza a cultura da periferia, que valorize a geração de emprego e renda que a comunidade carnavalesca faz 365 dias por ano, que valorize a história da cidade de Porto Alegre. Então, nós vamos votar a favor, esperando que a Lei seja aprovada por unanimidade, porque essa iniciativa, Ver. Cassiá, que é Presidente da Comissão, já nomeiei o Ver. João Bosco, os outros Vereadores da Comissão, é muito importante, mas todos nós seguiremos lutando para que deem recursos, sim, para o carnaval. Porque um Prefeito que desconhece, muitas vezes, a cidade de Porto Alegre, nós vamos ter tempo para falar sobre isso em outros momentos de encaminhamentos, não é maior que nós. Viva a Resistência! (Palmas.)  
(Não revisado pela oradora.)

**O SR. PRESIDENTE (Cassio Trogildo):** O Ver. Moisés Maluco do Bem está com a palavra para discutir o PLCL nº 036/17.

**O SR. MOISES MALUCO DO BEM:** Boa tarde, Presidente, a todos os presentes aqui e os que nos acompanham pela TV Câmara, pela Internet, a toda comunidade carnavalesca, todos os colegas. Bom, em primeiro lugar, que também não poderia deixar de saudar a presença do nobre jornalista André Machado, Comentarista do Ano, Prêmio Press, recentemente, uma saudação especial a ele. André, esta Casa aqui tem uma importante Sala que tem o nome do teu pai, e tu sabes da importância da cobertura cultural que dá a Cidade. Para quem não sabe, o pai do André, o ex-Vereador Dilamar Machado, dá o nome ao Salão Nobre da presidência. Sobre o projeto, ouvi atentamente aqui todo mundo que me antecedeu, o Ver. João Bosco Vaz deu um histórico importante do que já ocorreu. E nós todos temos o entendimento de que, quando um espaço é destinado à cultura da Cidade, ele pode ser muito melhor utilizado para atrair cada vez mais, inclusive, fontes financiadoras, patrocínios, participação da população, não só do ponto de vista cultural, mas de eventos de congregar a Cidade, nós não podemos deixar de subir aqui e saudar a iniciativa dos Vereadores envolvidos neste projeto. Vamos,

---

certamente, votar favorável. E quero dizer, abertamente, que eu, através da Malucos do Bem, tive a oportunidade de trabalhar naquela região da Vila Amazônia, desde a época da construção, e acredito, sim, Ver.<sup>a</sup> Mônica e todos os Vereadores, que aquele é um espaço que pode ser extremamente desenvolvido pelo lado cultural, com eventos que sejam acolhidos ali durante o ano inteiro. Então, eu não poderia deixar de vir aqui saudar a iniciativa e dizer que somos totalmente favoráveis, e vamos votar a favor desse importante projeto da Comissão. Obrigado, Presidente.

(Não revisado pelo orador.)

**O SR. PRESIDENTE (Cassio Trogildo):** O Ver. Airto Ferronato está com a palavra para discutir o PLCL nº 036/17.

**O SR. AIRTO FERRONATO:** Meu caro Presidente, Sras. Vereadoras e Srs. Vereadores, senhoras e senhores que estão conosco nesta tarde, especialmente os carnavalescos, homens e mulheres que nos acompanham; falo aqui em meu nome, Airto Ferronato, e em nome do Ver. Paulinho Motorista, em nome do nosso partido, o PSB, para registrar que votaremos favoravelmente ao projeto. Sou Vereador desde 1989, lá se vão quase 30 anos, e participei praticamente de quase todos os desfiles do carnaval da cidade de Porto Alegre. Quero aproveitar esta oportunidade para falar aquilo que eu tenho falado quando me entrevistam ou coisa parecida: Porto Alegre tem um belíssimo carnaval, com uma bela presença e participação popular no evento, e um envolvimento enorme da nossa Cidade no ano em que se constrói a tarefa da ida ao nosso desfile. Portanto, eu não poderia deixar de estar aqui para registrar, cumprimentar todos e dizer da importância que tem o carnaval para a cidade de Porto Alegre – e para qualquer cidade brasileira! Nós aqui, a Capital dos gaúchos, não podemos estar longe disso. Portanto, votarmos o projeto aqui apresentado, cumprimentar a Ver.<sup>a</sup> Mônica que o apresentou e a todos da Comissão que discutiram a proposta, e a vocês que propuseram aqui na Câmara, é cumprimentar, na verdade, homens e mulheres, negros e brancos carnavalescos da cidade de Porto Alegre. Todos nós, tenho absoluta certeza, alguns poucos mais radicais não se manifestam favoráveis, mas a esmagadora maioria do povo de Porto Alegre tem, sim, no carnaval uma referência e um olhar todo especial a vocês que fazem o carnaval da Cidade.

---

Portanto, os votos, meu e do Paulinho, são favoráveis. Quero trazer um abraço e cumprimentá-los. Se tudo andar como prevemos, hoje à tarde, vamos iniciar a votação do Orçamento e temos algumas emendas a aprovar também. Um abraço a todos e obrigado. (Não revisado pelo orador.)

**O SR. PRESIDENTE (Cassio Trogildo):** O Ver. Tarciso Flecha Negra está com a palavra para discutir o PLCL nº 036/17.

**O SR. TARCISO FLECHA NEGRA:** Sr. Presidente, Srs. Vereadores, Sras. Vereadoras, todos que nos assistem; o samba está no coração de todos nós. Como Presidente da CECE – Comissão de Educação, Cultura e Esporte, eu não poderia deixar de vir aqui dar a minha palavra sobre a importância do carnaval, das escolas de samba. Em uma capital como Porto Alegre, o samba não pode morrer, porque tem 48% de afrodescendentes. Mas não é só o negro que gosta de samba, todo mundo gosta. Quem não gosta de samba, quem não gosta de futebol é doente do pé, ou doente da cabeça! Não tem como! Em nome da minha Comissão – a Sofia, o Pujol, o Alvoni, o Ricardo Gomes –, estamos junto com vocês na cultura, no samba, no carnaval, eu frequento o carnaval no Porto Seco. No Rio de Janeiro, a minha escola de samba era o Salgueiro, não era nem a Mangueira. A minha tia morava no morro da Mangueira, mas eu – sabe aquele sobrinho malvado? – fui para o Salgueiro, o vermelho. Então, o samba mora no meu coração, gente! Todos os projetos que vierem do carnaval, do samba, eu vou estar junto. O meu voto não poderá deixar de ser um voto positivo, para que o nosso carnaval, o nosso samba continue vivo dentro da capital dos gaúchos. Todos nós gostamos de samba!

Eu quero dizer a todos vocês: parabéns pela luta, pela batalha de vocês. No ano passado, eu vi, fizeram um carnaval, foi lindo. A gente só tem que agradecer. Porto Alegre tem que agradecer a vocês, porque é turismo, é emprego que traz para dentro desta Cidade na época mais crítica, que é a época em que todo mundo vai para a praia, e o carnaval sustenta esta Cidade, alimenta esta Cidade em alegria. Muito obrigado, e um abraço a todos vocês.

(Não revisado pelo orador.)

---

**O SR. PRESIDENTE (Cassio Trogildo):** O Ver. Adeli Sell está com a palavra para discutir o PLCL nº 036/17.

**O SR. ADELI SELL:** Não foi uma, não foram duas, foram várias vezes que aqui vim para defender que Porto Alegre tem que ser uma Cidade corajosa, ousada como foi, muitas vezes, no passado. Porto Alegre é uma cidade que deveria funcionar 24 horas por dia, sem preconceitos! Sem preconceitos! Os anais da Câmara podem mostrar. Eu achava que o carnaval deveria ficar na Augusto de Carvalho. Depois, está registrado, deveria ficar no Menino Deus. Aí inventaram várias histórias, inclusive, a do parque. Eu nunca defendi que a pista de eventos fosse para a Zona Norte, nunca defendi. Eu acho que tem um grau imenso de preconceito e de segregação. Mas, depois de terem instalado lá, eu acho que é um descalabro não terem completado as obras do Porto Seco, um descalabro. Outrossim, se uma escola de samba, se uma entidade carnavalesca, se um bloco, se um grupo de pessoas se organizar na sua comunidade – porque é na comunidade que a gente pode organizar melhor as pessoas – para fazer uma roda de samba, nós não podemos começar a restringir. Porto Alegre poderia ter uma lei tremendamente ampla e aberta sobre abertura de bares, restaurantes, casas noturnas, mas nós sempre sucumbimos à visão estreita do Ministério Público do Rio Grande do Sul, sempre, absolutamente sempre. Eu pergunto às senhoras e aos senhores quando os doutos promotores do Estado, os procuradores abriram a possibilidade de um amplo diálogo antes de impedir, por ações, o fechamento de lugares. Não defendo, pelo contrário, sou um dos que mais combatem esses lugares no Centro, esses inferninhos que ficam abertos 24 horas, e isso eles não veem, isso eles não veem! Eu fui condenado, junto com uma jornalista de uma grande empresa, por R\$ 30 mil, e ela, por 180. Nós fomos condenados por uma crítica sem citar nomes, sem citar nomes! Onde está a democracia? Nós não queremos lambança nem esculhambação. Faço, inclusive, uma sugestão: trabalhem com material educativo-explicativo, para que as pessoas, quando saírem do evento, ou chegarem no evento, tenham cuidado, no entorno, para pegar o ônibus, pegar o seu carro, pegar o seu táxi, etc. e tal, para que se mostre a esta Cidade que é possível ser feliz, que é possível cantar, que é possível emocionar sem passar a pecha daquilo que, muitas vezes, nos impigem. Pelas liberdades, pela democracia, por uma Cidade solidária, uma cidade 24 horas por dia. Não é só os senhores e as senhoras do samba, do

---

carnaval; nós precisamos ter uma cidade que a gente possa circular pelo Centro, como se fazia antigamente, quando o Lupicínio ia ao Mercado Público às 4 da manhã tomar uma sopa. Hoje não, nada pode, nada deve, nós sempre estamos com uma espada na nossa cabeça. É essa espada que nós queremos tirar agora. Por isso, eu vou acompanhar essa proposição, porque sempre foi minha posição a gente poder ter uma cidade 24 horas por dia, sete dias por semana, 365 dias por ano e, se for um ano bissexto, mais um dia no ano. Viva o carnaval, viva a democracia, viva o samba, viva a festa, viva a vida, viva Porto Alegre!

(Não revisado pelo orador.)

**O SR. PRESIDENTE (Cassio Trogildo):** O Ver. Valter Nagelstein está com a palavra para discutir o PLCL nº 036/17.

**O SR. VALTER NAGELSTEIN:** Sr. Presidente, Srs. Vereadores e Sras. Vereadoras; essa questão do carnaval virou tema de discurso fácil hoje em dia, porque tem muita gente que fala em austeridade de Governo e quer discursar para um certo clamor público, parece que quer atender a uma parcela da opinião pública e chega e diz: “Eu vou cortar o dinheiro do carnaval, porque esse dinheiro é supérfluo, não é necessário”. E vai lá e corta. Pior é que tem uma grande parcela da sociedade que aplaude. Nós temos, em Porto Alegre, um orçamento de R\$ 7 bilhões. É verdade que tem coisas muito importantes nesse orçamento. Nós temos R\$ 2 bilhões para a saúde, nós temos em torno de 46, 48, 50% desse orçamento comprometido com folha de pagamento; tem o dinheiro das escolas, tem o dinheiro das creches. O dinheiro do repasse das creches, vocês conhecem a necessidade que as comunitárias, especialmente, têm. Tudo isso é importante. Mas eu não consigo imaginar que, nesses R\$ 7 bilhões, não possa sobrar R\$ 1 milhão que a gente possa colocar naquilo que é a mais tradicional e a maior festa da cultura brasileira, que é o carnaval. Então, eu assinei favoravelmente e vou votar favoravelmente. Acho que o gestor tem que ter essa capacidade de olhar e conseguir eleger as questões, e não fazer esse discurso fácil de “não, não vou botar dinheiro nenhum aí, porque não precisa”. Olhem quanto da economia se movimenta com isso! Quero fazer um registro, senhores. Primeiro, um erro histórico de Porto Alegre, que carrega muito preconceito, foi ter tirado o carnaval daqui e colocado lá nos confins da nossa Cidade, numa região erma, num

---

extremo de Porto Alegre. Esse é um erro. Por que não botar aqui? Por que a Semana Farroupilha pode ser aqui no parque, no Centro da Cidade, e o carnaval tem que ser lá? Ver. Adeli, V. Exa. não, que eu conheço e sei, mas essa construção foi feita lá no Governo do PT, que, talvez por uma visão elitista da cultura, não sei se da Margarete, da Sofia, que era Secretária de Educação, de quem, acharam que carnaval não é manifestação cultural; é teatro, é Porto Alegre em Cena, é literatura, outras coisas, mas carnaval não é! Carnaval é a mais genuína manifestação da cultura brasileira e precisa ser apoiado. O carnaval na Cidade Baixa é uma recriação natural, que brotou espontaneamente das pessoas e da sociedade, e a Prefeitura tem que apoiar, botando banheiro químico – meu querido, eu sei que tu trabalhaste muito nisso, a Cidade Baixa precisa sim de um choque de ordem, mas nasceu ali. No Rio de Janeiro, acontece assim, no centro, tem as bandas, tem os blocos, tem os grupos em Copacabana, em Ipanema. Aqui, de novo, João Bosco, aconteceu na Cidade Baixa, e a Prefeitura tem que apoiar. Eu era Secretário de Urbanismo, e foi para lá o projeto do Centro Cultural do Samba, tem muitos aqui que foram lá e viram, tinha movimentos contrários. O Centro Cultural do Samba está previsto ali, depois da Imperadores, depois do Bambas, e eu determinei que fosse colocado com prioridade para ser examinado. Foi aprovado, só que não tem recursos para implementar até agora. Vai ter que ter, porque vai ser um espaço em que vai se poder fazer os ensaios das escolas de samba, por que não, amanhã ou depois, concurso de samba-enredo e outras coisas que possam ser abrigadas ali naquele espaço. Eu acho que vocês estão dando uma demonstração de que é possível, de que pode, vocês já mostraram que sabem se organizar, e a gente tem que garantir o mínimo de recursos para fazer com que a manifestação mais genuína da cultura e da tradição brasileiras, não só da cultura negra, mas da cultura brasileira como um todo, possa ser realizada com um mínimo de condições. Eu vou lutar para que, um dia, quem sabe, seja feita de novo aqui uma estrutura, não lá, mas aqui, uma estrutura bonita, onde estão as escolas, na volta do parque, perto do nosso Guaíba, na volta do anfiteatro Pôr do Sol. Que a gente possa fazer, pelo menos, como o Brizola fez lá no Rio: usam uma parte do tempo para o carnaval e usam o restante do tempo a estrutura para escola, precisa! E que a gente consiga retornar. Eu nunca comprei, e não me desce a história lá do Porto Seco. Quem sabe a gente consiga retornar isso, um dia, para cá, Ver.<sup>a</sup> Mônica.

---

**A Sra. Mônica Leal:** V. Exa. permite um aparte? (Assentimento do orador.) Ver. Valter, me associe a sua ideia. Conte com o meu apoio para trazer de volta para perto da comunidade esse grande evento, que é o carnaval.

**O SR. VALTER NAGELSTEIN:** Muito obrigado, Presidente. Um abraço, sucesso e bom carnaval para vocês!

(Não revisado pelo orador.)

**O SR. PRESIDENTE (Cassio Trogildo):** O Ver. Luciano Marcantônio está com a palavra para discutir o PLCL nº 036/17.

**O SR. LUCIANO MARCANTÔNIO:** Presidente Cassio, colegas Vereadoras e Vereadores, cidadãos nas galerias, principalmente os carnavalescos; quero parabenizar o protagonismo da Ver.<sup>a</sup> Mônica em relação a este projeto, mas também registrar que é uma construção de toda a Casa, de todas as Comissões pelas quais passou o projeto. É fundamental que a Câmara de Vereadores continue, cada vez mais, mediando essas situações, sendo a catalisadora da sociedade e mediando situações como essa com o Governo Marchezan. Quero dizer que este projeto foi muito bem construído por esta Casa e dá condições para as entidades carnavalescas, com o seu próprio esforço, construírem a sua autonomia financeira, para não dependerem tanto do dinheiro público como foi no passado. É um projeto fantástico. Porto Alegre, como nenhuma cidade, pode viver sem carnaval, carnaval é a maior festa popular da Cidade. Eu tenho um amor profundo pelo carnaval, apesar de não militar tanto nessa área. Em 2004, eu tive a honra de desfilar na Praiana, fiz o meu aniversário lá, no dia 16 de abril, ali na Padre Cacique; depois desfilei na Restinga, que é a escola da qual eu mais participo, e tantas outras. Quero dizer que este projeto vem ao encontro de toda Cidade e, principalmente, vem fazer justiça com o carnaval de Porto Alegre e com vocês, que militam, que suam a camiseta, que estão lá dia a dia trabalhando para realizar um grande carnaval. O carnaval não é só uma festa popular um ano, não! O carnaval tem ramificações em todas as classes, ele tem ramificação da vila à classe alta. O carnaval tem uma rotina, um cotidiano durante todo o ano, nos 365 dias do ano! Eu tenho certeza de que, para uma cidade progredir, para uma cidade conseguir chegar aonde ela quer, com desenvolvimento e justiça social, tem que

---

ter um carnaval forte, com vida o ano inteiro. Parabéns para vocês e parabéns para os meus colegas, que construíram este projeto. Muito obrigado.

(Não revisado pelo orador.)

**O SR. PRESIDENTE (Cassio Trogildo):** O Ver. Dr. Goulart está coma palavra para discutir o PLCL nº 036/17.

**O SR. DR. GOULART:** Sr. Presidente, Ver. Cassio Trogildo; Sras. Vereadoras e Srs. Vereadores, amigos que nos visitam; eu estive um ano e meio atrás numa reunião no Ministério Público, onde nós tentamos aumentar o número de eventos, junto com as escolas – me lembro de que a Banda da Saldanha também estava –, na busca de recursos pela própria escola. Mas não foi possível, o Ministério Público não nos permitiu isso, e eu vejo agora que nós encontramos uma outra saída, que foi o projeto de lei feito pela Ver.<sup>a</sup> Mônica Leal.

Fico feliz de podermos votar essa matéria, porque mostra que, quando o Governo não puder que nos ajudar, as escolas estão fazendo alguma coisa também em busca da sustentação dos nossos desfiles. Como patrono da escola de samba “Tinga, teu povo te ama”, estaremos com ela, estaremos com todos os carnavalescos e também com os presidentes da UECGAPA. Para frente com um carnaval genuíno feito por nós! Um abraço e um beijo para todos vocês.

(Não revisado pelo orador.)

**O SR. PRESIDENTE (Cassio Trogildo):** O Ver. Roberto Robaina está com a palavra para discutir o PLCL nº 036/17.

**O SR. ROBERTO ROBAINA:** Boa tarde, Vereadores, Vereadoras, Presidente Cassio Trogildo, pessoal que assiste a esta Sessão, público do carnaval; eu quis usar a palavra para assinalar uma lição que eu considero importante. Há debates que são de avaliação histórica. Eu também sou daqueles que acreditam que a mudança para o Porto Seco não foi uma política correta. Eu creio que o próprio carnaval, a erupção de um carnaval com peso de massas na Cidade Baixa é a demonstração de que o carnaval não é uma cultura da periferia, carnaval é uma cultura universal, talvez a marca mais clara da cultura

---

brasileira, há uma vontade universal de carnaval. Evidentemente que a periferia, o nosso povo, o povo trabalhador, de modo geral, é o povo que mais expressa essa cultura nacional, mas essa cultura nacional atinge o conjunto da sociedade. Por isso que é algo que desaproveita o potencial que o carnaval tem não apenas como atividade cultural, mas como atividade econômica. O carnaval tem um potencial econômico, tem um potencial turístico que não são explorados devidamente. Aí nós temos consequência como esta: o carnaval desassistido pelo Poder Público, como se não investir no carnaval fosse um bom negócio em termos econômicos. Não, na verdade, o desprezo do Poder Público pelo carnaval, de uma certa forma, é uma incapacidade de perceber o carnaval como uma atividade cultural e uma atividade econômica capaz de gerar também riqueza e renda. Isso é uma consideração geral.

Sobre a questão específica, por que eu vejo que é tão importante este projeto? Porque este projeto, o Ver. Bosco tem razão, saiu de uma comissão. Eu sei o papel que o Ver. Bosco tem como articulador político em defesa da cultura popular, o Bosco é um Vereador que cumpre muito bem esse papel. Nós temos agora a discussão sobre a emenda para o Orçamento, uma discussão também feita numa audiência pública, na qual teve uma participação muito importante o jornalista Cláudio Brito. O Bosco tem sido um articulador muito útil para garantir que, na Câmara de Vereadores, haja uma posição tão clara, majoritária em defesa dessas políticas.

Eu quero assinalar que essa proposta, especificamente, é produto de uma luta vitoriosa, de uma mobilização vitoriosa. A Ver.<sup>a</sup> Fernanda Melchionna esteve em passeatas, representando o nosso partido, em defesa da Imperador. Essas passeatas explicam que nós tenhamos tido uma alteração clara do cenário e que tenhamos condições de hoje aprovar – eu tenho certeza que será por unanimidade – uma lei básica, que facilita uma maior arrecadação por parte das escolas de samba. Infelizmente, ao invés de fazer apenas cultura, as pessoas têm que se mobilizar, se organizar e tomar as ruas, para defender o que já deveria ser algo garantido pelo Poder Público. Infelizmente é assim. Mas esse “infelizmente é assim” tem que servir como conclusão para o nosso povo: é preciso se mobilizar sempre, é preciso se organizar sempre. Por isso também eu estou muito convencido, Bosco, de que nós vamos aprovar a emenda que tu articulaste no Orçamento. Nós vamos aprovar, porque houve uma mobilização da população ligada ao carnaval. Desse ponto de vista, eu estou muito convencido de que é possível, sim,

---

pág. 21

---

derrotar o Governo Marchezan. É preciso ser dito: neste caso, conquistar a emenda de R\$ 1 milhão no Orçamento em relação ao carnaval é derrotar o Governo Marchezan, porque o Governo Marchezan queria dar as costas para o carnaval de Porto Alegre, e Porto Alegre não aceitou dar as costas para o seu carnaval.

Eu quero parabenizar a mobilização de vocês. Creio que vocês estão dando um exemplo para toda a sociedade gaúcha: até mesmo para defender a cultura é preciso estar organizado e mobilizado. Muito obrigado.

(Não revisado pelo orador.)

**O SR. PRESIDENTE (Cassio Trogildo):** O Ver. Mauro Zacher está com a palavra para discutir o PLCL nº 036/17.

**O SR. MAURO ZACHER:** Boa tarde, colegas Vereadores, Presidente Cassio, comunidade do carnaval que está aqui presente; temos na Ordem do Dia hoje alguns assuntos que dizem respeito a essa comunidade, que aguarda e tem enfrentado a escassez de recursos para manter o carnaval de Porto Alegre. Eu tenho recebido no meu gabinete, quase que semanalmente, organizadores, líderes do carnaval da nossa Cidade. Nós estamos sempre tentando construir alternativas através de emendas que foram apresentadas tanto no PPA, na LDO, como na LOA, tentando garantir que tenhamos recursos mínimos para que possamos manter o carnaval. Os Vereadores que me antecederam, aqueles que defendem entendem que o carnaval, além desse movimento cultural, também pode ter um cunho econômico e social para a Cidade, como nós acreditamos. Evidentemente, tem que ter recursos do Orçamento, porque não podemos fazer uma transição tão rápida como o Governo Municipal gostaria de fazer.

Nós queremos registrar, em nome do nosso partido, a nossa luta, o nosso compromisso com o carnaval da Cidade, para que possamos ter recursos do Orçamento, para que possamos qualificar, Ver.<sup>a</sup> Mônica Leal e tantos Vereadores que apresentaram essa legislação, as legislações, para que vocês possam garantir recursos para o ano inteiro, para que esses espaços físicos possam ter atividades contínuas durante o ano e possam garantir a existência, a manutenção das escolas de samba. Contem com este Vereador, nós estamos aqui vigilantes nos gastos da Prefeitura, todos nós entendemos que os prefeitos – não é a nossa capital, todos nós estamos enfrentando uma crise fiscal no País.

---

E aqui não é diferente, Mônica, nós queremos encontrar alternativas, mas, sobretudo, nós sabemos a importância que o carnaval tem para a nossa comunidade e para as várias comunidades que têm, através do carnaval, a sua participação, o envolvimento e a cultura presente que está enraizada na nossa Cidade. Contem com este Vereador, contem com a bancada do PDT, porque nós queremos aprovar este projeto na tarde de hoje, como queremos garantir orçamento, recursos, para que nós possamos garantir, através de várias gerações, um carnaval firme e forte para nossa Cidade. Parabéns, contem conosco!

(Não revisado pelo orador.)

**O SR. PRESIDENTE (Cassio Trogildo):** A Ver.<sup>a</sup> Sofia Cavedon está com a palavra para discutir o PLCL nº 036/17.

**A SRA. SOFIA CAVEDON:** Eu já estava bastante representada pelas falas dos colegas da minha bancada, a do Partido dos Trabalhadores, mas preciso fazer aqui a recomposição da história, porque há alguns elementos que se apagam propositalmente na disputa política. É muito importante que a gente saiba, pense e reflita por que a pista do carnaval está hoje localizada no Porto Seco. Nós – vocês sabem muito bem – trabalhamos quatro anos de maneira aplicadíssima, nos Governos Tarso e Verle, para conseguir que o carnaval ficasse centralizado na cidade de Porto Alegre. Todos nós lembramos bem a mobilização da Associação de Moradores do Menino Deus, uma impossibilidade absoluta de diálogo com o movimento de reação daquela associação de moradores, brutal, com o Ministério Público, com a Justiça. Eu me lembro de participar de audiências, mas, lamentavelmente, onde há preconceito, onde há raiva, onde há uma visão distorcida da cultura popular, não passa o diálogo. Lembro o esforço do Governo na rua do TRE, ali no Harmonia, e o Ministério Público e a Justiça impediram que o Governo da Administração Popular ali fizesse. Também os esforços de sair na área em que hoje é Arena do Grêmio, ali também a comunidade não concordou, reagiu. Nós tínhamos um processo pujante de Orçamento Participativo, de participação popular e de respeito à vontade da população. E a construção com as escolas de samba, com os carnavalescos e com a acolhida da sociedade foi no Porto Seco. Mesmo com uma crise financeira, o

---

Governo Verle honrou o seu compromisso com todas as escolas e com o carnaval, e entregou sete galpões e a pista.

(Aparte antirregimental do Ver. João Bosco Vaz.)

**A SRA. SOFIA CAVEDON:** Barracão, obrigada, Bosco! Os barracões foram concluídos no Governo seguinte, de quem vem aqui e critica, e mais nenhum investimento se fez. Nós, da Comissão de Educação, fomos várias vezes, várias audiências na região norte por conta dos reassentamentos, do aumento da violência, e o sonho da universidade do carnaval sair lá, o sonho da atividade permanente, da pista permanente, das salas, das arquibancadas... Muitas vezes, até projetos foram feitos, e nunca houve priorização. Portanto, se uma verdade tem que ser colocada, quem priorizou mesmo o carnaval foram as administrações populares. Depois, nunca mais pudemos concluir um sonho que, na região norte, era um sonho para a população também, porque eles não têm acesso à cultura lá, não têm teatro, não têm espaço de lazer para as crianças, não têm política pública e a violência, a droga e a prostituição precoce, infelizmente, grassam em torno do Porto Seco. E não houve, nos governos que sucederam a Administração Popular, prioridade para completar a pista de eventos.

**O Sr. Valter Nagelstein:** V. Exa. permite um aparte? (Assentimento da oradora.) Vereadora, infelizmente, prostituição, abandono há na Restinga, há no Porto Seco, há na Vila Farrapos, há nas ilhas...

**A SRA. SOFIA CAVEDON:** Não resuma a minha fala a um tema.

**O Sr. Valter Nagelstein:** Há em todo o lugar. Só queria lhe dizer o seguinte: o ex-Prefeito Alceu Collares deixou pronto um projeto de sambódromo. A opção política do Tarso Genro e do João Verle foi levar o carnaval para os confins da Cidade. É preciso assumir esse equívoco histórico. Muito obrigado.

**A SRA. SOFIA CAVEDON:** Ver. Valter, essa dificuldade de escuta é que não possibilita à sociedade avançar. O senhor pode tentar apagar a história, mas eu gostaria de recompô-

---

la e dizer que, se os barracões já permitiram que as escolas melhorassem os seus carros alegóricos, que reaproveitassem material, é óbvio que está muito aquém do que as escolas precisam. Infelizmente, a situação está muito mais grave, porque agora temos um Governo absolutamente de costas, sem compreender a importância do carnaval, sem entender que é preciso fazer investimentos, mas, principalmente, fazer um investimento não só na festa final, mas aquele investimento da pesquisa, do trabalho continuado. A maravilha da arte, da cultura, da costura que significa o movimento carnaval parece que, simplesmente, não aparece às vistas deste novo Governo. Portanto, este projeto procura uma alternativa, ela é uma alternativa mediada, nós sabemos dos conflitos, das dificuldades de sobrevivência das escolas. Contem com a bancada do Partido dos Trabalhadores para todos os movimentos possíveis para que este carnaval seja o melhor carnaval do Brasil, porque, na garra, nós sabemos que já é. (Palmas.)

(Não revisado pela oradora.)

**O SR. PRESIDENTE (Cassio Trogildo):** O Ver. Idenir Cecchim está com a palavra para discutir o PLCL nº 036/17.

**O SR. IDENIR CECCHIM:** Sr. Presidente, Srs. Vereadores e Sras. Vereadoras, boa tarde a quem está acompanhando a Sessão; eu até não ia falar. Eu não gosto muito de contestar a Ver.<sup>a</sup> Sofia, mas ela provoca seguidamente. Parece que o Governo deixou tudo pronto lá. Antes, empurrou todo mundo lá para a Zona Norte, é onde eu moro, na Zona Norte, mas a grande maioria do carnaval não é da Zona Norte. Primeiro, o Governo da Ver.<sup>a</sup> Sofia empurrou todo mundo para lá, tirando um pedaço do território do Porto Seco. Depois, entregou pela metade. Eu me lembro bem quando o Prefeito Fogaça assumiu, e o Secretário de Obras era o Ver. Cassiá, nós tivemos que fazer às pressas acessibilidade lá, com asfalto, para o pessoal poder frequentar os barracões. Mas acho que falta muito ainda lá, falta muito. Tem que se fazer com que as escolas tenham independência, isso é verdade. Independência para se organizarem, independência para fazerem as suas festas, mas que não estava tudo pronto, como disse a Ver.<sup>a</sup> Sofia, não estava.

(Aparte antirregimental da Ver.<sup>a</sup> Sofia Cavedon.)

**O SR. IDENIR CECCHIM:** Concluídos, e não se fez mais nada. Eu acho que tem que repensar isso, e aquilo que faz parte da cultura, que faz parte da história, principalmente, das escolas, tem que ser preservado. Eu voto a favor sim.

(Não revisado pelo orador.)

**O SR. PRESIDENTE (Cassio Trogildo):** Em votação nominal, solicitada pelo Ver. João Bosco Vaz, o PLCL nº 036/17. (Pausa.) (Após a apuração nominal.) **APROVADO** por 32 votos **SIM**.

O Ver. Cláudio Janta solicita Licença para Tratar de Interesses Particulares no dia de 30 de novembro de 2017. Em votação. (Pausa.) Os Srs. Vereadores que aprovam o Pedido de Licença permaneçam como se encontram. (Pausa.) **APROVADO**.

Aprego e defiro o Requerimento de autoria do Ver. Rodrigo Maroni, solicitando o desarquivamento do PLL nº 279/16.

**O Sr. João Bosco Vaz (Requerimento):** Sr. Presidente, solicito a alteração da ordem de priorização de votação, para que possamos, logo após a reunião conjunta das Comissões, discutir e votar o PLE nº 024/17, em que a Emenda nº 01 é a emenda do carnaval, já que estamos com todo o povo do carnaval aqui. Após retornamos à ordem normal.

**O SR. PRESIDENTE (Cassio Trogildo):** Em votação o Requerimento de autoria do Ver. João Bosco Vaz. (Pausa.) Os Srs. Vereadores que o aprovam permaneçam como se encontram. (Pausa.) **APROVADO**.

**O Sr. Valter Nagelstein:** Sr. Presidente, nós gostaríamos de entregar a V. Exa. o Relatório Final da CPI da Telefonia, que nós instalamos nesta Câmara, com a assinatura unânime dos 36 Vereadores, que trabalharam durante seis meses com a participação deste grupo que aqui está. Participaram este Vereador, na condição de Presidente; o Ver. Roberto Robaina, Vice-Presidente; o Ver. Adeli Sell, Relator; o Ver. Professor Wambert, o Ver. Cassiá Carpes, o Ver. Felipe Camozzato, o Ver. José Freitas, o Ver. Luciano Marcantônio e o Ver. Mauro Zacher. Nós fizemos várias audiências, ouvimos a Anatel, a

---

Secretaria Municipal do Meio Ambiente, o Procon, fomos ao Ministério Público e produzimos, ao final, um relatório, com a assinatura do nosso Ver. Adeli Sell, que foi aprovado pela unanimidade dos Vereadores. Estamos indicando dez medidas para a correção dos problemas da telefonia móvel na nossa Cidade, muitas delas, felizmente, nós já vimos, na prática, serem adotadas, como, por exemplo, no último jogo do Grêmio, semana passada, no entorno do Grêmio, quando as companhias telefônicas instalaram uma estação de radar móvel. Queríamos encaminhar a V. Exa. com a solicitação de que V. Exa, na condição de Presidente, se aproprie do resultado desta Comissão e dê os encaminhamentos que nós estamos solicitando. Queríamos, por último, agradecer muito por todo o apoio que a Câmara nos deu. Eu, particularmente, gostaria de agradecer a todos os Vereadores e, na pessoa do Ver. Adeli Sell, por todo o trabalho que fez, aos Vereadores que compuseram esta CPI.

(Procede-se à entrega do relatório.)

**O SR. PRESIDENTE (Cassio Trogildo):** Está recebido. (Palmas.) Vamos dar os devidos encaminhamentos. Gostaria de parabenizar o trabalho desta CPI. Isso é importante, porque, muitas vezes, o trabalho da Câmara Municipal é medido apenas pelo trabalho do plenário, que é uma parte importante do trabalho, mas não é o único trabalho realizado nesta Casa. Nós temos as Comissões Permanentes, inclusive acabamos de aprovar um projeto que iniciou pelo trabalho de uma Comissão Permanente. Nós temos as Comissões Especiais, as CPIS e as Frentes Parlamentares, que são mais de 30, que também trabalham os diversos temas. Parabéns aos Vereadores que compuseram a Comissão Parlamentar de Inquérito da Telefonia Móvel. Com certeza, daremos todos os encaminhamentos ao relatório finalizado por essa comissão.

Estão suspensos os trabalhos para a Reunião Conjunta das Comissões.

(Suspendem-se os trabalhos às 16h04min.)

**O SR. PRESIDENTE (Cassio Trogildo):** (16h28min) Estão reabertos os trabalhos.

Em discussão o PLE nº 024/17. (Pausa.) O Ver. André Carús está com a palavra para discutir o PLE nº 024/17.

**O SR. ANDRÉ CARÚS:** Sr. Presidente, Sras. Vereadoras e Srs. Vereadores, é bom ver esta Casa discutindo o que realmente é fundamental para a Cidade. Vamos entrar no debate sobre a lei orçamentária para o ano que vem, e não mais permanecer imersos nas discórdias ou naquilo que mais nos divide do que nos une em favor do que Porto Alegre deve melhorar. Vou só fazer uma referência à Emenda nº 01, que eu assinei junto com o Ver. Bosco e outros colegas Vereadores. Já antecipo que todo mundo vai vir à tribuna dizer que não tem que destinar recursos para o carnaval – a emenda tem a finalidade de destinar recursos para a estrutura do carnaval, respeitando lei municipal já existente –, porque tem que destinar para a educação, para a saúde, para a segurança. Mas eu quero ver quem virá dizer para aonde o recurso desta emenda vai ser destinado na educação, na saúde e na segurança. Aonde? Por que eu questiono isso? Eu fui o autor, e o Valter Nagelstein foi autor de uma subemenda, falando sobre a área da segurança, destinando recursos da própria Secretaria Municipal de Segurança, que estão ali na peça orçamentária, respeitando tecnicamente aquilo que é possível fazer como emenda para que a Prefeitura chame cem aprovados no último concurso para a Guarda Municipal. A relatoria entendeu que não deveria ser aprovada essa emenda, rejeitou na CEFOR, mas nós destacamos para que ela venha a plenário. Será que eles vão botar o dinheiro dessa emenda do carnaval para chamar os Guardas Municipais? Será que o Governo vai fazer isso? O carnaval é uma expressão da cultura popular e merece o respeito da Câmara de Vereadores e da Prefeitura. Nós não podemos virar as costas para as manifestações populares. Eu confio muito que as lideranças do carnaval de Porto Alegre tirem como lição o que já ocorreu neste ano e o que vai ocorrer em 2018. Que façam como já existe em outras metrópoles, capitais ou grandes cidades brasileiras, e contem com o apoio deste Vereador e desta Casa para que possamos fazer do carnaval de Porto Alegre uma expressão cultural sustentável, menos dependente dos recursos públicos, porque o orçamento público é curto, o cobertor não chega nas áreas essenciais. Amanhã, ou hoje mesmo, alguns vão colocar nas redes sociais que se votou emenda que destinou dinheiro para o carnaval e não se deixou que esses recursos fossem para saúde, segurança e educação. A velha cantilena da lógica daqueles que só sabem crescer de forma adversa. Mas eu prefiro votar na emenda que destina dinheiro, pelo menos, para estruturar o carnaval, para movimentar a economia da Cidade, para valorizar a cultura popular a vir

---

aqui mentir que esse dinheiro vai para a segurança, a saúde e a educação, porque não vai, não vai!

Venho a esta tribuna manifestar o meu apoio por ter sido um dos signatários juntamente com o autor, o Ver. João Bosco Vaz. Uma vez que a discussão é conjunta, bem orientada pelo nosso Presidente, o Ver. Cassio, nós também temos outras emendas na área ambiental, na área da saúde e na área da segurança. Esperamos maior sensibilidade, espírito público e coletivo, porque quem apresenta uma emenda à Lei Orçamentária quer colaborar para que essa Lei Orçamentária seja a mais correta possível na aplicação dos recursos públicos, naquilo que é essencial. É importante que se faça o debate neste plenário, a exemplo do que nós fizemos no PPA e na LDO. Muito obrigado.

(Não revisado pelo orador.)

**O SR. PRESIDENTE (Cassio Trogildo):** O Ver. Aldacir Oliboni está com a palavra para discutir o PLE nº 024/17.

**O SR. ALDACIR OLIBONI:** Sr. Presidente, Sras. Vereadoras e Srs. Vereadores, público que acompanha a nossa Sessão em função da peça orçamentária; povo do carnaval, seja bem-vindo à nossa Casa; neste momento, nós estamos discutindo um projeto de lei que é a peça orçamentária, em que o Governo Municipal tem em torno de R\$ 7 bilhões para destinar aos serviços, obras, assistência, saúde, educação na nossa Cidade. Quando esse projeto de lei veio para cá, obviamente houve um relator, e este relator, das 149 emendas apresentadas pelos Vereadores... Olha só, 149 emendas apresentadas pelos Vereadores, isso dá já uma dimensão do quanto estava ruim, ao menos na visão dos Vereadores que apresentaram emendas ao projeto mandado pelo governo municipal, não destinando recurso para uma série de programas ou ações, como é, na área cultural, o carnaval. Poderíamos aqui dizer que, das mais de duas mil obras do Orçamento Participativo, aqui na peça orçamentária não diz, não transfere nada. Portanto, nós estamos imaginando que, de fato, as duas mil obras aprovadas no Governo do OP continuarão na espera, na espera e na espera.

O relator do projeto do governo aceitou 16 emendas, duas de relator e 14 de Vereadores, mas por que não aceitou dos outros Vereadores? É lamentável, porque nós temos aqui em torno de 20 Vereadores que destacaram todas as emendas que apresentaram, dentre

---

eles, este Vereador, porque não se sentiu contemplado nem pelo governo, nem pelo relator em relação às emendas importantes, que, a meu ver, trabalham muito a área da saúde, da educação, do esporte e da mobilidade urbana. É por isso que nós vamos defendê-las uma a uma.

Então, eu queria registrar aqui que, infelizmente, Ver. João Bosco, eu acho que a sua Emenda nº 01, feita com vários colegas Vereadores e Vereadores, obviamente terá não só aceitação de um programa que vinha com a maior naturalidade acontecendo em Porto Alegre, que é o carnaval, mas que, de repente, um Prefeito se elege e diz: “Acabou o carnaval em Porto Alegre”. Um Prefeito se elege na cidade de Porto Alegre e diz: “Acabou o Orçamento Participativo em Porto Alegre”. E aí a democracia participativa também não existe mais. Então, nesse sentido, quero dizer que, em relação às mais de 140 emendas apresentadas e destacadas pelos Vereadores, vamos ajudar a derrubar o veto do relator, porque não é justo que, no programa ou no projeto apresentado pelo Governo, não estejam contemplados determinados programas e ações, e cabe aos Vereadores fazer uma correção justa e precisa, como é o caso do carnaval em Porto Alegre. Muito obrigado.

(Não revisado pelo orador.)

**O SR. PRESIDENTE (Cassio Trogildo):** O Ver. João Bosco Vaz está com a palavra para discutir o PLE nº 024/17.

**O SR. JOÃO BOSCO VAZ:** Sr. Presidente, Sras. Vereadoras e Srs. Vereadores, nós temos, é importante isto, Ver. Moisés, uma lei vigente que nós denominamos aqui carinhosamente de Lei Dilamar Machado, de 1990. É uma lei que oficializou o carnaval em Porto Alegre, e tem ali o que as entidades precisam fazer e quais as obrigações da Prefeitura. No art. 3º diz que a Prefeitura tem que oferecer a estrutura para que as entidades possam desfilar. Essa lei sempre foi cumprida, de 1990 para cá, por todos os Prefeitos, com exceção do Prefeito Marchezan no último ano, até porque houve um acordo com a Liga. O Prefeito alegou que estava entrando, a Liga foi compreensiva, as entidades carnavalescas foram compreensivas, o Prefeito disse que poderia formar um grupo de trabalho para encontrar um patrocinador – o que não aconteceu –, aí a Liga teve que investir um dinheiro que não tinha e que não tem.

---

Por isso esta emenda de um milhão de reais para a estrutura do carnaval, para que o Prefeito Marchezan possa cumprir a lei que está vigente. Nós não queremos judicializar, nós não queremos buscar o cumprimento dessa lei na Justiça, e certamente teríamos grandes possibilidades de ganhar a liminar; o que nós queremos – é o que eu fiz – está justamente dentro do que o Prefeito pensa em relação ao orçamento. Não fui buscar dinheiro, esse um milhão, na publicidade; não fui buscar um milhão de reais do dinheiro do gabinete do Prefeito; não fui buscar um milhão de reais do orçamento da cultura; não fui buscar um milhão de reais no orçamento da educação; não fui buscar um milhão de reais no transporte. Aonde fui buscar esse um milhão de reais? O Sr. Prefeito pode ter a sua reserva de até 1% do valor líquido do orçamento, o que, neste orçamento, Ver. Moisés, dá R\$ 62 milhões. O contingenciamento dele, essa reserva que ele fez de dinheiro para uma eventualidade: “Olha, eu tenho dinheiro para a educação, para isso, para aquilo, para tudo ele tem, mas vou guardar ali R\$ 62 milhões para alguma eventualidade”. Só que ele não guardou R\$ 62 milhões, Ver. Moisés, ele separou R\$ 65 milhões. Então, tem uma sobra, e é desse dinheiro que eu estou tirando um milhão de reais, para que a Lei Dilamar Machado possa ser cumprida, até porque nós temos uma cadeia produtiva por trás disso, já foi dito aqui.

Hoje, nesta incerteza que vive o carnaval, os barracões, que a Ver.<sup>a</sup> Sofia chamou de galpões, estão vazios, mas estariam com as pessoas trabalhando, com as pessoas gerando dinheiro, com as escolas se preparando. A costureira não está trabalhando, o ônibus não está faturando, os restaurantes não estão faturando, essa cadeia produtiva trancou. Quero deixar claro – Ver. Moisés, Líder do Governo; Ver. Luciano, que é o Vice-Líder – que um milhão de reais está saindo de um dinheiro que o Prefeito Marchezan abriu mão, deixou num canto para uma eventualidade, se ele precisar. Como tem uma lei vigente que obriga o Executivo a colocar a estrutura para os desfiles, é exatamente isso que nós estamos querendo. Tenho certeza de que vamos aprovar essa emenda com o apoio dos Vereadores que assinaram e dos Vereadores que não estavam aqui na oportunidade, que não puderam assinar, mas que votarão conosco. Muito obrigado, Presidente.

(Não revisado pelo orador.)

---

**O SR. PRESIDENTE (Cassio Trogildo):** O Ver. Cassiá Carpes está com a palavra para discutir o PLE nº 024/17.

**O SR. CASSIÁ CARPES:** Sr. Presidente, Sras. Vereadoras e Srs. Vereadores; acho que este é um momento importante do Executivo e do Legislativo. Esta, sim, é uma prerrogativa muito importante desta Casa: o plenário é soberano. Por mais que o relator tenha os seus méritos, mas tenha, ao mesmo tempo, não aprovado várias emendas, este plenário é capaz de modificar com os destaques que nós estamos apregoando. Nós não podemos dizer que o relator errou, não, não é esse o caminho. O Ver. João Carlos Nedel fez a sua parte na Comissão, tem toda a legitimidade, como Relator, de acatar ou não. Este Plenário, com a maioria dos Vereadores, é capaz de modificar esse raciocínio do Relator.

Por isso estamos aqui, são momentos em que a Câmara, com as suas prerrogativas, começa também a ajudar a administrar Porto Alegre. Não basta só vir do Executivo e dizer que temos que acatar tudo, que não podemos modificar. Não, nós temos prerrogativa para modificar aqui no plenário. Essa é uma iniciativa deste Parlamento. Se formos só carimbadores de emendas, de orçamento, de projetos do Executivo, perde a legitimidade o Poder Legislativo, que é fiscalizador e pode ampliar, sem exageros, é claro, senão o Prefeito veta, e ficaremos sempre nos digladiando. Este é o momento que precisamos entender: cada emenda é diferente na sua análise, não quer dizer que todas essas que foram destacadas serão aprovadas aqui no Plenário. Por isso estamos debatendo, o orçamento é importante, para que depois ele possa ser executado e cumprido em toda a sua amplitude. Inclusive, há uma Mensagem Retificativa do Governo estabelecendo algumas metas para vários órgãos, como a Câmara Municipal, para encargos gerais do Município, para o Departamento Municipal de Habitação, Departamento Municipal de Água e Esgoto, Departamento Municipal de Limpeza, Fundação de Assistência Social e Cidadania. E assim mesmo, depois, o Governo pode fazer algumas complementações e tem toda a prerrogativa também.

Entendo que vamos votar uma lei importantíssima, emendas que temos que avaliar e analisar aquelas que, porventura, sejam boas para a sociedade. No caso das escolas de samba, lá em São Paulo já há uma verba para o museu do carnaval, são R\$ 40 milhões. O carnaval gera emprego, gera renda, o carnaval valoriza as pessoas, dá autoestima.

---

Porto Alegre precisa de eventos! Uma cidade que tem que fazer crescer, sim, o seu carnaval. “Ah, tem outras prioridades.” Claro que tem, para isso o orçamento é fatiado em percentuais para várias secretarias, e automaticamente é nesse bom senso. Então, como disse o Ver. João Bosco Vaz, nós não queremos que tirem da saúde. Nesta Casa alguns dizem: “Ah, vamos tirar da saúde. Ah, vamos tirar da segurança”. Ninguém tira nada, está lá discriminado o percentual para cada secretaria.

Então, quero dizer que este é um momento importante, nem todas passarão, mas a soberania deste plenário fará com que o projeto, o orçamento do Executivo, seja, nesta Casa, complementado, acrescentado, modificado, melhorado no sentido de socorrer a população de Porto Alegre. Obrigado, Presidente.

(Não revisado pelo orador.)

**O SR. PRESIDENTE (Cassio Trogildo):** O Ver. Moisés Maluco do Bem está com a palavra para discutir o PLE nº 024/17.

**O SR. MOISÉS MALUCO DO BEM:** Quero dizer a todos que nos acompanham que eu, ouvindo atentamente os Vereadores que me antecederam, pedi para fazer o uso da palavra. Não vou ficar aqui chovendo no molhado, dizendo da importância que tem, para cultura de Porto Alegre e para a população, o carnaval. Eu vou apenas aqui rebater duas coisas que foram ditas e que não posso deixar passar batido, com todo o respeito à liberdade de expressão do Ver. Oliboni.

Eu quero deixar claro, Ver. Oliboni, que o Prefeito não veio para acabar com o Orçamento Participativo. O Prefeito veio para acabar com a conotação do orçamento “enganativo”. De que adianta mobilizar as pessoas, fazer elas saírem de suas casas para ir votar em plenárias... A gente vê que a Lomba do Pinheiro – o senhor também conhece – tem demandas desde 1994 que não foram atendidas. Isso é uma frustração geral para comunidade há muito tempo! Então, o Prefeito se reuniu com as pessoas do Orçamento Participativo e disse claramente: “Eu não vou ficar prometendo sem ter os recursos para executar as obras”. Vamos tentar fazer como tem sido feito – e com mérito também de um colega nosso aqui que também é secretário, o Secretário Sabino –, a exemplo das demandas antigas da Quinta do Portal, que foram votadas há muitos anos e estão sendo executadas, que no Governo anterior também foram executadas. Agora, o que não dá

---

mais é para mobilizar as pessoas, tirá-las de suas casas, prometer que vai ser feito, as pessoas votarem, e a gente saber que não tem recurso para fazer! Então, não é uma administração ou que o Prefeito veio para acabar com o Orçamento Participativo... Não é isso, é que tem que se ter responsabilidade para dizer quando não se tem recurso. Não adianta ficar prometendo, prometendo, para conseguir simpatia, angariar votos, e a gente não ter estrutura para fazer as obras.

Da mesma forma, foi muito bem dito aqui pelo Ver. Bosco, que nos antecedeu, quero deixar claro aqui que também houve, no primeiro ano de mandato, uma conversa entre a Liga e o Prefeito, porque nós estamos em uma crise enorme no Estado, no País e no Município. E, na realidade, houve, sim, neste primeiro ano, uma determinação de que não só o carnaval, as entidades aqui defendidas muito aguerridamente por colegas, como o Ver. André Carús, da Semana Farroupilha, etc., a gente teve que fazer contingenciamento por um motivo simples: responsabilidade. Este Governo não vai mobilizar as pessoas para um orçamento, a gente quer reconquistar a confiança das pessoas o mais rápido possível, e que a gente tenha as contas sanadas para que a gente volte a ter o Orçamento Participativo, que é exemplo, sim, de participação popular, e nós queremos, mas não vamos fazer orçamento “enganativo”.

Obrigado, Presidente.

(Não revisado pelo orador.)

**O SR. PRESIDENTE (Cassio Trogildo):** A Ver.<sup>a</sup> Sofia Cavedon está com a palavra para discutir o PLE nº 024/17.

**A SRA. SOFIA CAVEDON:** Obrigada, Ver. Cassio. Bem, Orçamento da cidade de Porto Alegre de 2018: esta é a discussão geral, e quero, primeiro, fazer o registro de que este é o primeiro Orçamento que não tem debate na sociedade, Ver. Zacher, depois de 26 anos de Orçamento Participativo. Isso é a destruição da história da cidade de Porto Alegre. Nesses dias, uma conselheira me ligou para falar do tema das creches e disse: “Não, agora a gente não é mais conselheiro, agora a gente é cidadão virtual”. Não tem mais participação direta, não tem mais a democratização do poder, não tem mais a possibilidade da transparência, de uma cidade escolher com os seus cidadãos a partir da participação ativa, do diálogo entre as diferentes associações de moradores, para ver qual

---

a prioridade da região, da compreensão das dificuldades e das potencialidades, do acompanhamento com comissões de obras. Acabou um tempo riquíssimo de democratização da democracia, uma preciosidade para a cidade de Porto Alegre, para as alternativas de qualidade de vida que o mundo não consegue construir quando mandatários se sentem dotados do poder absoluto e estão de costas para a população.

Esta semana, algo emblemático dessa escolha, desse perfil de gestão foi a volta do Prefeito, que fez dez dias na Europa e em São Paulo, e de lá mandou recado para a Cidade e para o mundo, dizendo que nas Câmaras de Vereadores – e aqui é a Câmara da sua Capital também – tem meia dúzia que é organizada, que pode se liberar, mas que 50 pessoas dão um grito, e a Câmara se acovarda, que são covardes... Eu não consigo usar as palavras de baixo calão que um prefeito de uma capital usou contra um Legislativo. E nós pensamos, Ver. Robaina, que, na semana seguinte, diante da repercussão forte, e tinha que ser forte, o Prefeito, chegando à Capital, pediria desculpas, diria que se manifestou incorretamente. Mas o que ele disse? “Ah, é isso mesmo, todos sabem que é isso mesmo, todos sabem que tem que fazer as reformas, todos sabem que tem que fazer as mudanças.” E aí ampliou para a Assembleia Legislativa: “E não votam porque ficam submetidos às corporações, aos interesses, ao povo.”

Mais que isso, sobre o carregador de celular, é uma ironia, é um acinte para uma Cidade que está enfrentando buracos a cada esquina, alagamentos, em cujas praças, parques e ruas o mato está crescendo, que não tem um contrato do DEP funcionando. É um acinte dizer: “Olha que beleza, vamos carregar o celular na parada de ônibus”. Aqui sequer ônibus... A Carris ele está quebrando. Ele disse: “Não, isso eu postei no meu Facebook, quem não gostar que saia do Facebook!”

Mas um prefeito de Porto Alegre está dizendo o quê? Que ele, agora, é o rei mandão, e quem não gostar saia, talvez, da cidade de Porto Alegre. Gente, mas isso é uma arrogância inaceitável em tempos de democracia! Dá um sinal muito importante para a população da nossa Cidade e para esta Câmara de Vereadores, de que nós não teremos respeito e diálogo deste Prefeito, de que ele não ouvirá a sociedade organizada, a luta social. Ele não reconhece a história desta Cidade e não respeita a democracia, porque esta Câmara foi vilipendiada – vilipendiada! Não tem esse papo de “em mim não cola, eu não botei o chapéu”. Não, gente. Não é uma pessoa, não é individual, é um acinte à Câmara, a uma instituição que está acima do poder do Prefeito, porque ela é plural e

---

pode cassar o Prefeito. (Palmas.) Pode cassar o seu mandato. Agora, vocês imaginem: se ele trata assim a Câmara Municipal, como vai tratar o povo de Porto Alegre? O povo de Porto Alegre! Que está pisando no barro, que tem água dentro das suas casas, que não tem perspectiva nenhuma de obra, que está com menos saúde, está com menos educação e que tem menos alimento nas creches.

E concluo dizendo que a votação do Orçamento desta Casa tem que ser a resposta, uma delas, nós já demos respostas antes, temos que dizer que ele nos respeite. E nós, aqui, tentamos com algumas emendas, como a do carnaval, ouvir a cidadania, que não tem Prefeito! Que não tem escuta! Que perdeu seu Orçamento Participativo e que precisa da Câmara Municipal para se reempoderar, para ser ouvida, para exigir do Prefeito respeito, ética, capacidade democrática, porque fora disso é outra coisa, e nós já vivemos. Tempos de ditadura militar nós já vivemos, tempos de obscurantismo nós já vivemos, Porto Alegre não vai deixar passar essa lógica. E nós, neste Parlamento, temos a grande responsabilidade de ser os guardiões da democracia. Votemos dessa maneira.

(Não revisado pela oradora.)

**A Sra. Fernanda Melchionna (Requerimento):** Presidente Cassio, eu queria retirar a minha inscrição na discussão e agradeço o espaço aqui no microfone. Digo para o pessoal da Cultura que vou retirar, embora eu tenha muitas coisas para falar no orçamento, mas, como tem mais 100 emendas – na segunda-feira vai seguir o debate – e em função justamente da presença de vocês, retiro, para que possamos aprovar de uma vez a Emenda nº 01. Então, contem conosco. Eu retiro a minha inscrição, espero que votemos hoje ainda.

**O SR. PRESIDENTE (Cassio Trogildo):** A Ver.<sup>a</sup> Mônica Leal e o Ver. Prof. Alex também retiraram suas inscrições.

O Ver. Felipe Camozzato está com a palavra para discutir o PLE nº 024/17.

**O SR. FELIPE CAMOZZATO:** Boa tarde, colegas, a minha fala vai ser breve também, para que a gente possa adiantar os trabalhos em respeito ao público que está nos assistindo das galerias. Eu gostaria de falar sobre a LOA. Enquanto participante e Vice-Presidente da Comissão de Finanças e Orçamento, pude debater em audiência pública

---

também sobre isso. Recebi a LOA com uma certa decepção, porque ela veio com previsão de déficit em torno de R\$ 700 milhões. O lado bom é a transparência do governo em expor que, de fato, nós temos um problema, para tratar desse problema com a abertura que lhe é devido, e isso é justo e meritório. Então, dessa forma, a gente consegue tratar às claras um problema que temos. Por outro lado, é péssimo em termos de gestão e responsabilidade fiscal. E daí, enquanto Vice-Presidente da Comissão de Finanças e Orçamento, eu fiz questão de manifestar aqui este meu desconforto com a previsão de déficit na lei orçamentária que estamos agora iniciando a discussão e votação.

Eu lamento também o desrespeito que está acontecendo ao PPA. O Plano Plurianual foi votado por esta Casa e teve amplos debates nesta Câmara, fizemos a relatoria na Comissão de Finanças e Orçamento, e agora, com o Orçamento, muitas das coisas que aprovamos não estão sendo respeitadas no que diz respeito ao direcionamento dado pela LOA. Um exemplo disso é a própria negativa do governo e orientação contrária às minhas duas emendas, que não fazem nada, absolutamente nada, senão manter o que foi aprovado pelo PPA. Por isso faço questão de manifestar o meu desconforto, não me parece adequado, num déficit de R\$ 700 milhões projetados, que a gente mantenha repasse de R\$ 30 milhões para uma estatal deficitária como a Carris, ou de R\$ 7 milhões para uma estatal deficitária como a Procempa. Era isso, muito obrigado pela atenção de todos.

(Não revisado pelo orador.)

**O SR. PRESIDENTE (Cassio Trogildo):** Em votação a Emenda nº 01, destacada, ao PLE nº 024/17. (Pausa.) O Ver. Prof. Alex Fraga está com a palavra para encaminhar a votação da Emenda nº 01, destacada, ao PLE nº 024/17.

**O SR. PROF. ALEX FRAGA:** Boa tarde, senhoras e senhores. Venho a esta tribuna em nome do meu partido, o PSOL, portanto encaminho a votação em nome da Ver.<sup>a</sup> Fernanda Melchionna e do Ver. Roberto Robaina, meus colegas de Bancada. Inicialmente, gostaria de ter feito esta fala no período de discussão da Lei Orçamentária, mas, a pedido do Ver. João Bosco Vaz, que é ardoroso defensor e proponente desta emenda, eu concordei com ele para que pudéssemos entrar em encaminhamento e

---

votação o mais urgentemente possível. Creio que é válida, pertinente e necessária a aprovação desta emenda.

A Bancada do PSOL vai votar favoravelmente porque acredita que esse um milhão de reais destinado a uma área da cultura popular tão abrangente, como é a questão da cultura do carnaval, em especial, que mexe com tantas pessoas, que gera trabalho e renda para uma significativa parcela da população da Cidade, é um investimento necessário e correto, ao contrário de outras áreas do Orçamento encaminhadas a esta Casa Legislativa com que não temos concordância. Por exemplo, a Secretaria Municipal do Desenvolvimento Econômico tem um projeto chamado Empreende, que trata da inovação, empreendedorismo e competitividade que destina mais de R\$ 4 milhões para o Orçamento do ano que vem para essa área. Se a Secretaria Municipal já é de desenvolvimento econômico, por que custos de tão grande monta para um projeto que já tem técnicos lotados na Secretaria Municipal de Desenvolvimento Econômico, já tem cargos de confiança lotados na Secretaria Municipal de Desenvolvimento Econômico que poderiam tocar adiante, sem custos aos cofres do Município? E aqui nós temos um incremento, pois, na minha modesta opinião, vai fazer muita falta para áreas essenciais da população.

Nós, saudosos do tempo em que o Orçamento Participativo era uma efetiva ferramenta de consulta popular e destinação de recursos às áreas que a população realmente via como prioritárias, lamentamos o fato de que, nos últimos anos, a cultura galgava espaço entre as prioridades eleitas pela população nas suas diferentes regiões. A cultura, que há anos não figurava entre as principais necessidades de recursos disponibilizados, nas últimas consultas era um dos tópicos principais. É isto que estamos discutindo neste momento: um milhão de reais destinado exclusivamente a uma cadeia produtiva de cultura, de geração de renda, sim, que serve a todos os segmentos da população de Porto Alegre, não apenas às parcelas menos favorecidas, mas também existem pessoas que são apreciadoras do carnaval e envolvidas com este modelo de arte popular, que ocupam altos cargos na administração pública, no empreendedorismo; há empresários que também gostam, que participam desses movimentos. Mas nós temos aí uma omissão do Executivo Municipal em investir nisso que é a cultura tida como popular.

Portanto, frente à nossa oposição a este modelo de gestão que tira dos menos favorecidos para destinar aos mais favorecidos – e aí, quando eu falo em

---

empreendedorismo, não estou fazendo uma crítica a empresários, e sim ao modelo de planejamento para criar ou fomentar a economia do Município, que vai engolir, em um único ano, quase R\$ 5 milhões dos cofres públicos –, vamos votar favoravelmente à Emenda nº 01. Parabéns ao Ver. João Bosco Vaz, que encabeça esta luta aqui, estamos juntos com o senhor. Um grande abraço. (Palmas.)

(Não revisado pelo orador.)

**O Sr. Aldacir Oliboni:** Nobre Presidente, nós, enquanto bancada do PT, também estamos abrindo mão da fala para agilizar os trabalhos, mas, é claro, registramos o voto favorável à emenda, até porque achamos de extrema importância este recurso, que é mínimo em termos de estrutura, mas é uma sinalização positiva em prol do carnaval de Porto Alegre. Muito obrigado.

**O SR. PRESIDENTE (Cassio Trogildo):** Obrigado, Ver. Oliboni. O Ver. Airto Ferronato está com a palavra para encaminhar a votação da Emenda nº 01, destacada, ao PLE 024/17.

**O SR. AIRTO FERRONATO:** Sr. Presidente, Srs. Vereadores e Sras. Vereadoras; senhoras e senhores que estão conosco nesta tarde; nossos telespectadores e ouvintes; encaminho em meu nome, em nome do Ver. Paulinho Motorista e em nome da nossa bancada do PSB aqui na Câmara aqui na Câmara. Vamos votar favoravelmente à Emenda nº 01.

Primeiro, quero dizer que desde 1989 estou aqui na Câmara, tenho participado dos carnavais de Porto Alegre, conheço bastante bem, acompanho e sei do belo evento que aqui se desenvolve. Segundo, é preciso dizer que há três meses, um pouco menos, nós votamos a Lei de Diretrizes Orçamentárias, que é uma lei que define e estabelece as diretrizes para o Orçamento do ano que vem. Eu fui o relator-geral da Lei de Diretrizes Orçamentárias e propus a aprovação de uma emenda que colocava como uma diretriz o carnaval de Porto Alegre, e aquela diretriz viabiliza aquilo que se está fazendo agora, que é a dotação de recursos para o carnaval. Por outro lado, quando se fala no desenvolvimento econômico, o carnaval também é um evento cultural, artístico, de lazer, gera segurança, educação e também desenvolvimento econômico – por que não?

---

A partir disso e da nossa LDO, hoje pela manhã eu acompanhei um extenso debate numa rede de Whatsapp. E lá tínhamos participantes muito contrários à destinação de verbas. Tudo começou por aí. Alguém se manifestou dizendo que não era favorável à destinação de verbas para o carnaval, e a partir daí virou uma nova discussão entre o carnaval e o nosso evento Acampamento Farroupilha: um “sim”, um “não”, é contra, é a favor. Foi uma longa e interminável conversa, e me perguntaram o que eu achava daquilo. Eu respondi da seguinte maneira, é assim que eu entendo: “Temos em Porto Alegre o nosso, entre aspas, sambódromo, que está inacabado, incompleto, nós não temos as arquibancadas, não temos equipamentos outros. Portanto, na verdade, o aporte de dinheiro público não é para as instituições do carnaval”. É, na verdade, um aporte de recurso público para viabilizar o carnaval em Porto Alegre. Se nós tivéssemos o nosso Sambódromo, o centro de eventos, completo, seria outra questão. Agora, nós não podemos exigir das nossas entidades verbas que são parcelas que devem ser destinadas pelo Poder Público para colocar à disposição do público as arquibancadas, no mínimo. Portanto está correta a destinação das verbas para o carnaval.

Nós não podemos compreender que A, B ou C, poucos, sejam contra e por isso devemos nos manifestar contrários a ela. É um dever do órgão público. E eu disse também, no final, o seguinte: “O equívoco [com todo o respeito ao nosso Prefeito] foi de uma tacada só”. Bom, antes tinha verba e agora não tenho mais nada. Então, na verdade, essa nossa emenda, tanto a Emenda nº 01, como a Emenda nº 04, que se discute depois, destina verba que não é uma verba para as instituições. Vou repetir: é uma verba para o carnaval de Porto Alegre. E é uma verba para que aquelas pessoas que queiram, que gostem e vão assistir ao carnaval tenham a possibilidade de estar razoavelmente bem acomodadas.

Portanto, Sras. Vereadoras e Srs. Vereadores, votar favorável a essa emenda – já aproveito e cumprimento o Ver. João Bosco, que apresentou a emenda – é uma necessidade que nós, Vereadores, temos para cumprir, inclusive, uma determinação da lei de Porto Alegre. Existe lei em Porto Alegre que estabelece o aporte de recursos. Portanto, repito vamos votar favoráveis; pelo que estou acompanhando aqui, vamos aprovar a emenda, e eu quero deixar aqui o meu abraço e cumprimentos a todos os lutadores e lutadoras pelo carnaval de Porto Alegre, cumprimento-os também porque sei

---

da beleza e grandiosidade do evento, que logo mais sairá. E, mais uma vez, acho que já são quase 20 anos, estarei sempre presente lá. Aquele abraço! (Palmas.)

(Não revisado pelo orador.)

**O SR. PRESIDENTE (Cassio Trogildo):** O Ver. Paulo Brum, Líder do PTB, pede que eu comunique que abrirá mão do encaminhamento da emenda para agilizar os trabalhos.

O Ver. Cláudio Janta está com a palavra para encaminhar a votação da Emenda nº 01, destacada, ao PLE nº 024/17.

**O SR. CLÁUDIO JANTA:** Sr. Presidente, Srs. Vereadores e Sras. Vereadoras, membros desta Casa, se eu reúno a minha família e digo que a situação na casa está difícil, que temos de apertar o cinto, que temos de fazer alguns ajustes, vender o carro, diminuir o consumo, acabar com a assinatura de tevê, com o galetinho no final de semana, eu não posso fazer estripulias no Natal. Quando eu recebo o 13º salário, não posso achar que o mundo melhorou.

A Prefeitura declara que deve R\$ 700 milhões, e, dentro do Orçamento, que foi, pela primeira vez, na história do município de Porto Alegre, na Cidade Participativa, rejeitado pelo pleno do Orçamento Participativo... Este Orçamento foi rejeitado pela plenária do Orçamento Participativo. Chegou aqui na Casa rejeitado pelo Orçamento Participativo, porque estão dando dinheiro para investidores, estão dando dinheiro para parcerias públicas e privadas, as ditas parcerias públicas e privadas. Vai ter de ser rejeitado. Fazer parceria pública com dinheiro público qualquer um quer.

Eu digo para a minha família que não tenho dinheiro para fazer nada em casa, que tem que acabar com o desenho da minha filha: “Não vai mais ver desenho, gurria; acabou o desenho”, e aí assino o *pay per view* para ver o final do jogo hoje! A gurria vai se revoltar comigo. Vai achar que sou um padrasto para ela. Aí digo para o meu filho: “Tu não vais ver o final do inter, na série B, mas eu vou ver a final do Grêmio”. Ele vai se revoltar comigo, vou ser um padrasto para o guri. E é isso que o Governo faz, o Governo descumpre uma lei, e esta Casa é para fazer cumprir lei. Nós temos a Lei nº 283, que diz que o município de Porto Alegre dá a estrutura para o carnaval – estrutura para o carnaval. Vários Vereadores falaram que o único desfile que saiu do Centro de Porto Alegre foi o carnaval, e tem um projeto aqui para levar tudo para o Porto Seco – tudo! Se

---

tem que desfilar o carnaval no Porto Seco, tem que desfilar o 20 de Setembro, o 7 de Setembro, Parada Gay, todo mundo tem que ir para o Porto Seco. Todo mundo! (Palmas.) Se o carnaval não pode desfilar na Cidade, ninguém pode desfilar na Cidade ou, então, o carnaval volta para a Cidade, e acabou! Façam o que quiserem lá no Porto Seco.

As Ligas querem administrar o carnaval; a Associação de Transportadores do Porto Seco quer ajudar o Porto Seco, mas aí tem imbróglio do Governo. E não é só desse, não é só do passado, são os governos que não deixam o carnaval se desenvolver. Vai lá em Manaus, estão lá o boi azul e o boi vermelho ganhando dinheiro que nem água! Não é dinheiro público, ganham dinheiro que nem água com o turista, são aviões e aviões que chegam para o turismo dos bois, Caprichoso e Garantido. Tu vais à Bahia, tu vais a Recife, é o carnaval ganhando dinheiro que nem água; não é dinheiro público, é dinheiro dos camarotes, dinheiro dos blocos, dinheiro dos cordões, a gente vê aquele pessoal atrás de uma corda e pagam fortunas para ficar atrás daquela corda.

E o carnaval pode vir a gerar milhões para o município de Porto Alegre se estiver nas mãos das Ligas, não na mão do órgão público, se as Ligas começarem a administrar o carnaval de Porto Alegre. Enquanto isso, tem que cumprir a Lei nº 213, temos que dar estrutura para o carnaval. Por isso encaminhamos pela aprovação da emenda do Ver. João Bosco Vaz, que é uma emenda que cumpre a lei, dando estrutura para que o carnaval de Porto Alegre tenha o mínimo para se realizar. Eu tenho certeza da competência das nossas escolas, dos nossos blocos, da nossa comunidade do carnaval de Porto Alegre, que faz esse carnaval acontecer apesar de todas as dificuldades.

(Não revisado pelo orador.)

**O SR. PRESIDENTE (Cassio Trogildo):** A Ver.<sup>a</sup> Mônica Leal está com a palavra para encaminhar a votação da Emenda nº 01, destacada, ao PLE nº 024/17.

**A SRA. MÔNICA LEAL:** Presidente Cassio, colegas, pessoas que estão aqui todo este tempo, pacientemente, aguardando o resultado, eu escutei atentamente todas as manifestações, que, somadas a essas colocações, só reforçaram o sentimento que eu tenho sobre o carnaval, que não é de hoje. Por ter sido Secretária da Cultura do Rio Grande do Sul em 2008, eu visitei os barracões do Porto Seco, onde pude conversar com as pessoas envolvidas e, neste meu tempo, desde 2007 até 2010, pude ver os carros

---

alegóricos, o resultado, a dedicação, o profissionalismo das pessoas que trabalham. O que é muito interessante que eu pude constatar é que a cultura é uma cadeia, movimenta a economia, desde a pessoa que faz o transporte, o taxista, a Kombi, o lotação ou um serviço particular contratado, até os atendentes, os lojistas, as pessoas envolvidas com alimentação; todos comemoravam esse movimento na economia quando chega a época do carnaval. Isso é uma cadeia muito importante para a economia da Capital do Rio Grande do Sul.

No que diz respeito ao dinheiro, eu ouvi também aqui várias pessoas preocupadas: “Vão tirar dessa área, colocar nessa.” Não, não é verdade. Este um milhão vai ser retirado do fundo de reserva de R\$ 62 milhões, contingenciados, que, na verdade, são R\$ 65 milhões, porque aumentaram R\$ 3 milhões. Nós não estaremos, de forma alguma, pelo material que me foi entregue, querido Ver. Nedel, Relator – eu entendo as suas colocações –, pelo que pude constatar, tirando de uma área importante como a Saúde, a Segurança, a Educação. Nós apenas estamos usando aquilo que é de direito, que não fará falta, porque é de contingenciamento. Exatamente os R\$ 62 milhões. O carnaval é uma festa popular que deve permanecer. Porto Alegre, a exemplo de uma cidade tão pequenina como Gramado, deveria, sim, investir na cultura e promovê-la cada vez mais. E a Prefeitura tem a obrigação de oferecer esse serviço, essa estrutura toda para que possa acontecer com todos os materiais necessários. Então eu voto a favor, para que permaneça a Lei Dilamar Machado, da Emenda nº 01. Contem com o meu apoio.

(Não revisado pela oradora.)

**O SR. PRESIDENTE (Cassio Trogildo):** Em votação nominal, solicitada por esta Presidência, a Emenda nº 01, destacada, ao PLE nº 024/17. (Pausa.) (Após a apuração nominal.) **APROVADA** por 24 votos **SIM**; 04 votos **NÃO**.

**O Sr. Tarciso Flecha Negra (Requerimento):** Sr. Presidente, solicito verificação de quórum.

**O SR. PRESIDENTE (Cassio Trogildo):** Solicito abertura do painel eletrônico para verificação de quórum solicitada pelo Ver. Tarciso Flecha Negra. (Pausa.) (Após o fechamento do painel eletrônico.) Dezoito Vereadores presentes. Não há quórum.

Está encerrada a Ordem do Dia e os trabalhos da presente Sessão.

(Encerra-se a Sessão às 17h32min.)